

Grupo Fartura de Hortifrut S.A.

**Demonstrações financeiras
individuais e consolidadas
em 31 de dezembro de 2020**

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	8
Balancos patrimoniais	12
Demonstrações do resultado	13
Demonstrações do resultado abrangente	14
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	15
Demonstrações dos fluxos de caixa	16
Demonstrações do valor adicionado	17
Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras	18

Relatório da Administração

Perfil

Com mais de 40 anos de experiência no setor de alimentos frescos, o Oba Hortifruti é uma rede varejista especializada em produtos perecíveis (frutas, legumes, verduras, açougue, mercearia e frios) que representam, em média, 80% das vendas das nossas lojas. Oferecemos produtos alimentícios de alta qualidade, com ênfase em produtos perecíveis frescos, foco em saúde e bem-estar, e um comprometimento rigoroso com o atendimento ao cliente e qualidade do produto.

O Oba Hortifruti opera sob a razão social Grupo Fatura de Hortifrut S.A. (“Companhia”), e temos nossa sede na cidade de Campinas em São Paulo. Inicialmente uma empresa familiar, o Oba Hortifruti vem consistentemente se profissionalizando e implantando processos rígidos de controles e governança nos últimos anos. Em 2017, recebemos um aporte de capital da Crescera Capital, que nos proporcionou além do capital para um novo ciclo de crescimento, o aprimoramento da nossa estrutura de governança corporativa e a profissionalização de nossa gestão.

Mensagem da Administração

O ano de 2020 ficará marcado na história do Oba Hortifruti. Foi um ano de muitas incertezas, inúmeras perdas e desafios complexos para todas as pessoas, empresas e governos. Neste cenário muito desafiador para o Oba Hortifruti, tivemos que nos superar e de grandes conquistas. A Companhia segue firme com o seu projeto de forte crescimento de vendas, impulsionado pela abertura de 12 (doze) novas lojas, aceleramos a nossa participação no mundo digital e executamos uma série de projetos, fortalecemos nossa equipe com profissionais talentosos para suportar nosso crescimento e assim fortalecemos o nosso posicionamento estratégico, a cada dia, proporcionando a nossos clientes uma experiência espetacular em nossas lojas e no nosso atendimento no e-commerce.

Nossa trajetória no ano de 2020, teve forte ritmo de crescimento de vendas. Nossa receita bruta cresceu a uma taxa composta anual média (CAGR) de 23,2% no período entre 2017 e 2020, encerramos o ano de 2020 com o maior patamar de receita da história da Companhia, atingindo uma receita bruta consolidada de R\$ 1.936,4 milhões. A receita líquida consolidada foi de R\$ 1.779,7 milhões, 33,7% acima de 2019. O lucro bruto consolidado foi de R\$ 717,1 milhões, 31,2% acima do ano de 2019, enquanto a margem bruta foi de 40,3%. Nosso EBITDA⁽¹⁾ atingiu R\$ 181,4 milhões, com margem EBITDA⁽²⁾ de 10,2%, enquanto nosso EBITDA ajustado⁽³⁾ atingiu R\$ 224,5 milhões, com margem EBITDA ajustada⁽⁴⁾ foi de 12,6%. No ano, abrimos 12 novas lojas, com o processo estruturado de abertura de lojas, sempre com a estratégia de buscar o adensamento em regiões atuais e novas praças, com formatos certos para cada ponto comercial e com o time de expansão e processos bem estabelecidos.

Atualmente contamos com 2 centros de distribuição com um total de 30 mil m², e além de abastecer as lojas ao redor, quando interligado entre si, os CDs funcionam como uma rede eficiente de *sourcing* local e se aproveitando da logística entre os CDs para criar uma logística reversa entre eles.

Em 31 de dezembro de 2020, operávamos 61 lojas distribuídas em 11 cidades, 2 estados e no Distrito Federal, nas regiões Sudeste e Centro-Oeste do Brasil, além de mantermos 2 centros de distribuição e 1 frigorífico próprios.

Nossos *clusters* atingem regiões com alta densidade populacional, elevado poder aquisitivo per capita, crescimento econômico superior à média nacional e ambiente competitivo atrativo para exploração do nosso formato.

Principais Indicadores Financeiros e Operacionais

A tabela a seguir apresenta, para os exercícios indicados, uma seleção de informações financeiras, derivadas das nossas demonstrações financeiras consolidadas para os exercícios indicados, e operacionais consolidadas, que confirmam a resiliência e capacidade de forte crescimento do Oba Hortifruti:

	Exercício social encerrado em 31 de Dezembro de		
(em R\$ milhares, exceto quando indicado)	2020	2019	%
Receita bruta	1.936,4	1.437,3	34,7%
Receita líquida	1.779,7	1.330,8	33,7%
Lucro bruto	717,1	546,5	31,2%
Margem bruta	40,3%	41,1%	-0,8pp
EBITDA ⁽¹⁾	181,4	127,3	42,5%
Margem EBITDA ⁽²⁾	10,2%	9,6%	0,6pp
EBITDA ajustado ⁽³⁾	224,5	146,5	53,2%
Margem EBITDA ajustado ⁽⁴⁾	12,6%	11,0%	1,6pp
Lucro líquido	43,9	21,7	102,3%
Margem líquida	2,5%	1,6%	0,9%
Dívida Líquida ⁽⁵⁾	199,5	108,7	
Dívida Líquida sobre EBITDA Ajustado	0,9x	0,7x	

(1) O EBITDA (*Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*) ou LAJIDA (Lucros Antes de Juros, Impostos, Depreciações e Amortizações) é uma medição não contábil divulgada pela Companhia em consonância com a Instrução CVM nº 527/12. O EBITDA representa a geração operacional de caixa da Companhia, ou seja, indica a capacidade da Companhia em gerar caixa a partir de seus ativos operacionais, conciliada com nossas demonstrações financeiras. O EBITDA consiste no lucro líquido adicionado pela despesa de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido, pelo resultado financeiro líquido e pelas despesas com depreciação e amortização.

(2) A Margem EBITDA corresponde à divisão entre o EBITDA e a receita líquida.

(3) O EBITDA Ajustado consiste no EBITDA do exercício ajustado para excluir ou adicionar efeitos do mesmo exercício, conforme aplicável. O EBITDA Ajustado é calculado a partir do EBITDA adicionado a linha de Outras receitas (despesas) líquidas. O EBITDA Ajustado e a margem EBITDA Ajustado não são medidas reconhecidas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil nem pela IFRS, não representam o fluxo de caixa para os períodos apresentados e não devem ser consideradas como alternativa ao lucro líquido, ao fluxo de caixa operacional, assim como não devem ser consideradas como indicador de desempenho operacional ou alternativa ao fluxo de caixa como indicador de liquidez da Companhia.

(4) A Margem EBITDA Ajustado corresponde à divisão entre o EBITDA Ajustado e a receita líquida.

(5) A dívida líquida consiste no endividamento bancário bruto adicionado do Caixa e equivalentes de Caixa.

Indicadores Operacionais	2020	2019	%
Receita Bruta Total	1.936,4	1.437,3	16,7%
Receita Bruta Canal Físico ⁽⁶⁾	1.828,2	1.429,0	16,5%
Receita Bruta Canais Digitais ⁽⁷⁾	108,2	8,311	78,0%
Shared de venda Digital	5,9%	0,6%	0,2pp
,Vendas mesmas lojas (Bruta)	1.804,5	1.250,8	3,1%
Vendas mesmas lojas (Líquida)	1.661,2	1.166,7	2,9%

Número de lojas	61	49	16,7%
São Paulo Capital	23	19	46,2%
São Paulo Interior	14	9	0,0%
Campinas	11	11	0,0%
Distrito Federal	11	8	14,3%
Goiânia	2	2	0,0%

(6) Venda originadas por clientes dentro das lojas físicas

(7) Vendas originadas por clientes por aplicativos e telefone. Inclui as modalidades de Delivery, onde o cliente recebe a mercadoria em casa, ou 'Click-and-Collect', onde o cliente origina a compra pelos canais digitais e retira a mercadoria na loja.

Formatos de Lojas

Oba Hortifruti

Nossas lojas Oba Hortifruti caracterizam-se por uma disposição otimizada, onde frutas, legumes e verduras "FLV" são o centro das atenções, colocados em bancadas baixas no centro da loja, permitindo uma visão completa do ambiente. A disposição das lojas proporciona uma experiência única, oferecendo encantamento no serviço ao cliente. Nossos estabelecimentos possuem funcionários altamente treinados, que facilitam a venda assistida e proporcionam conveniência e comodidade aos nossos clientes. Sobretudo, as lojas Oba Hortifruti oferecem um sortimento de produtos diferenciado, seja pela qualidade e origem dos alimentos frescos, seja pela exclusividade dos nossos produtos de adega e mercearia que, em sua maioria, são encontrados apenas na nossa rede.

Oba Farm

O Oba Farm mantém os princípios de qualidade e atendimento do Oba Hortifruti, porém em um modelo maior e mais temático, que remete a uma fazenda: o mobiliário é composto de madeira rústica, a decoração possui itens típicos de fazendas, com frutas "animatronics", e a arquitetura externa tem a forma de um celeiro. A disposição segue o mesmo *layout* do Oba Hortifruti, com bancadas de frutas centrais e visão completa e desobstruída da loja.

Digital

O ano de 2020 estamos firme na nossa estratégia Digital da Companhia. Melhoramos a nossa plataforma proprietária de *e-commerce*, que junto com outros canais de 'delivery' e 'click and collect' e aplicativos agregadores de terceiros, compõem o ambiente omnicanal da Companhia. Nossa estratégia digital se baseia na omnicanalidade, onde nossas lojas funcionam como mini CDs servindo a região ao redor. Nossa plataforma digital se utiliza da nossa infraestrutura e expertise já embarcada nas lojas, servindo como um forte alavancando de vendas por metro quadrado, e nossos funcionários altamente treinados em FLV atuam na seleção e embalagem dos produtos, garantindo que o cliente digital tenha a mesma experiência e qualidade que ele encontra na loja. Temos a venda delivery através de canais como telefone e aplicativos de mensagens, que representou uma penetração de 5,6% da receita total do Oba Hortifruti.

Informações Financeiras Relevantes

Receita Líquida

Receita líquida no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$ 1.779,7 milhões comparativamente a R\$ 1.330,8 milhões no mesmo período de 2019, o que representou um aumento de R\$ 448,9 milhões ou 33,7%. Este aumento é atribuído substancialmente a (i) receitas de 12 novas lojas abertas em 2020, (ii) crescimento de vendas mesmas lojas, que correspondem às operações com mais de 12 meses de funcionamento, tiveram crescimento de 24,8% de receita líquida em 2019. Adicionalmente, no período de restrição (isolamento) social, por conta da pandemia do COVID19, a Companhia por fazer

parte de uma atividade essencial, obteve benefício de crescimento nas suas vendas pelos canais digitais em decorrência do aumento do consumo do brasileiro neste período.

Após o pronunciamento da OMS em março de 2020 da pandemia, a prioridade do Grupo foi de assegurar a saúde e segurança de seus funcionários e clientes, garantindo a normalidade do fornecimento de alimentos a toda população, e com medidas trabalhistas para preservação do emprego dos seus colaboradores.

Lucro bruto

Lucro bruto no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$ 717,1 milhões comparativamente a R\$ 546,5 milhões no mesmo período de 2019, o que representou um aumento de R\$ 170,6 milhões ou 31,2%. Este aumento é atribuído substancialmente ao aumento da receita líquida e ao ganho de eficiência na margem bruta decorrente principalmente de maior controle sobre os processos de transformação e perdas de mercadorias e melhorias em processos de precificação. O Lucro bruto representou 40,3% e 41,1% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, respectivamente.

Despesas com vendas e distribuição

Despesas com vendas e distribuição no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$ 496,2 milhões comparativamente a R\$ 400,5 milhões com o exercício de 2019, o que representou um aumento de R\$ 95,8 milhões ou 23,9%. Este aumento é atribuído substancialmente à: (i) aumento de despesas variáveis com vendas, tais como despesas com frete e transporte e taxas de cartões, devido ao aumento da receita, (ii) impacto de menor diluição de despesas nas 12 novas lojas abertas em 2020. Despesas com vendas e distribuição representaram 27,9% e 30,1% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, respectivamente.

Despesas gerais e administrativas

Despesas gerais e administrativas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$ 75,8 milhões comparativamente a R\$ 59,2 milhões com o exercício de 2019, o que representou um aumento de R\$ 16,5 milhões ou 28,0%.

Este aumento é atribuído substancialmente a (i) despesas com serviços prestados por terceiros, como consultorias e TI e (ii) fortalecimento do nosso time de pessoal. Em relação à receita líquida, houve uma retração de 0,1 ponto percentual devido ações implementadas na otimização das despesas na estrutura administrativa. Despesas gerais e administrativas representaram 4,3% e 4,4% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, respectivamente.

Outras receitas (despesas) líquidas

Outras receitas (despesas) líquidas são compostas de (i) Despesas pré-operacionais; (ii) contingências; (iii) despesas com reestruturação tais como despesas com consultorias e advogados para reestruturação societária e organizacional da Companhia; (iv) receitas na alienação de ativos imobilizados.

Outras receitas (despesas) líquidas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 foram de (R\$ 43,1) milhões comparativamente a (R\$ 19,3 milhões) com o exercício de 2019, o que representou um aumento de R\$ 23,7 milhões ou 123,8% de despesas líquidas. Este aumento se deu principalmente (i) ao aumento de "Despesas Pré-operacionais" devido ao maior número de lojas abertas no exercício e em construção, sendo 12 lojas em 2020 e 7 lojas em 2019; e (ii) contingência tributária referente ao processo relativo ao INSS terceiras Entidades. Outras receitas (despesas) líquidas representaram 2,4% e 1,4% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, respectivamente.

EBITDA e EBITDA Ajustado

O EBITDA por sua vez foi de R\$ 181,4 milhões comparativamente a R\$ 127,3 milhões de 2019 o que representou uma variação de 42,5%. As Margens EBITDA atingiram 10,2% e 9,6%, respectivamente em 2020 e 2019. Ajustando efeitos não recorrentes do resultado, aqueles incluídos na linha de Outras receitas (despesas) líquidas, o EBITDA Ajustado foi de R\$ 224,5 milhões comparativamente a R\$ 146,5 milhões em 2019, o que representou uma variação de 53,2%, com Margens EBITDA Ajustado de 12,6% e 11,0%, respectivamente em 2020 e 2019.

(Em milhões de reais)	Exercício social encerrado em - Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019
Resultado líquido do exercício	43,9	21,7
(+) IRPJ/CSSL corrente e diferido	23,3	10,6
(+) Resultado financeiro, líquido	34,7	34,8
(+) Depreciação e amortização	19,8	12
(+) Depreciação do ativo de direito de uso (nota 17.a)	60,6	48,2
EBITDA	181,4	127,3
Margem EBITDA	10,2%	9,6%
(+) Despesa pré operacional 1 (nota 25.1)	20,8	15,7
(+) Processo e Multa tributária (nota 25.1)	0,3	2,2
(+) Despesas de reestruturação ² (nota 25.1)	-	7,1
(-) Processo INSS (nota 25.1)	17,4	-
(-) Outras (receitas) despesas (nota 25.1)	4,7	-1,3
(-) (Receita) despesa na alienação de bens permanentes (nota 25.1)	-	-4,5
EBITDA Ajustado ³	224,5	146,5
Receita líquida	1.779,7	1.330,8
Margem EBITDA Ajustado ³	12,6%	1,0%

(1) Refere-se a despesas que ocorrem antes da abertura das novas lojas (pré-operação), tais como as taxas de abertura, contratação de pessoal e comunicação visual das lojas entre outras.

(2) Refere-se a gastos com reestruturação organizacional do Grupo, como consultorias, readequações logísticas, rescisão de pessoal que abrange todas as áreas operacionais e administrativas.

(3) O EBITDA Ajustado consiste no EBITDA do exercício ajustado para excluir ou adicionar efeitos do mesmo exercício, conforme aplicável. O EBITDA Ajustado é calculado a partir do EBITDA adicionado a linha de Outras receitas (despesas) líquidas. O EBITDA Ajustado e a margem EBITDA Ajustado não são medidas reconhecidas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil nem pela IFRS, não representam o fluxo de caixa para os períodos apresentados e não devem ser consideradas como alternativa ao lucro líquido, ao fluxo de caixa operacional, assim como não devem ser consideradas como indicador de desempenho operacional ou alternativa ao fluxo de caixa como indicador de liquidez da Companhia.

Audidores independentes

As demonstrações financeiras do Grupo Fatura de Hortifrut S.A. ("Companhia"), individuais e consolidadas, foram examinadas pela KPMG Auditores Independentes ("KPMG"). A contratação de auditores independentes está fundamentada nos princípios que resguardam a independência do auditor que consistem em: a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho; b) não exercer funções gerenciais; e c) não advogar pela Companhia ou prestar qualquer serviço que possa ser considerado proibidos pelas normas vigentes.

A Administração



KPMG Auditores Independentes

Av. Coronel Silva Teles, 977, 10º andar, Conjuntos 111 e 112 - Cambuí

Edifício Dahruj Tower

13024-001 - Campinas/SP - Brasil

Caixa Postal 737 - CEP: 13012-970 - Campinas/SP - Brasil

Telefone +55 (19) 3198-6000

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Acionistas e Administradores do

Grupo Fartura de Hortifrut S.A.

Campinas – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Grupo Fartura de Hortifrut S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Grupo Fartura de Hortifrut S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Operação de arrendamento mercantil

Veja as notas explicativas 7.k e 17 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Principais assuntos de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>De acordo com o CPC 06 (R2)/IFRS 16, a Companhia reconhece ativos de direito de uso e passivos de arrendamento no balanço patrimonial, salvo as exceções permitidas pelo CPC 06 (R2)/IFRS 16.</p> <p>Ao mensurar os passivos de arrendamento a Companhia descontou os pagamentos de arrendamento utilizando uma taxa de desconto incremental. A determinação da taxa de desconto envolve julgamentos e incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste nos saldos de passivos e ativos.</p> <p>A Companhia também exerceu julgamento para determinar o prazo de arrendamento, considerando a avaliação da Companhia de ter razoável certeza de exercer prorrogações.</p> <p>Devido às incertezas e aos julgamentos relacionados a premissas e estimativas na determinação da taxa de desconto e do prazo de arrendamento e à relevância das operações de arrendamento, consideramos esse assunto como significativo em nossa auditoria.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento do desenho dos controles implementados pela Companhia para a mensuração dos direitos de uso e dos passivos de arrendamento.</p> <p>Com o auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas, avaliamos a razoabilidade e a consistência das premissas e da metodologia utilizada na determinação da taxa de desconto dos contratos firmados em 2020, que foi calculada com base no custo de captação, ponderando os respectivos prazos dos contratos.</p> <p>Também avaliamos os julgamentos exercidos pela Companhia para determinar o prazo de arrendamento.</p> <p>Efetuamos testes documentais para exatidão e integridade das bases de dados utilizadas nos cálculos para mensuração dos contratos de arrendamento, e que suportam os valores registrados, bem como efetuamos a conferência aritmética e da adequada classificação do passivo de arrendamento entre circulante e não circulante. Consideramos também a adequação das divulgações feitas nas demonstrações financeiras.</p> <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que os montantes contabilizados relacionados ao CPC 06(R2)/IFRS 16 – Operação de arrendamento mercantil e as respectivas divulgações são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras.</p>

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou

representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Campinas, 7 de abril de 2021

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP-027612/F



Juliana de Lira Bilachi
Contadora CRC 1SP254945/O-7

Grupo Fartura de Hortifrut S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado		Passivo	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019			31/12/2020	31/12/2019		
Caixa e equivalentes de caixa	9	144.795	64.040	144.843	64.187	Fornecedores	18	131.031	97.575	131.103	97.589
Aplicações financeiras	10	6.000	2.000	6.000	2.000	Empréstimos, financiamentos e debêntures	19	45.070	66.415	45.070	66.415
Instrumentos financeiros derivativos	29.c	832	21	832	21	Passivo de arrendamento	17.b	71.638	56.712	71.638	56.712
Contas a receber de clientes	11	124.458	85.499	123.811	85.073	Instrumentos financeiros derivativos	29.c	-	19	-	19
Estoques	12	134.467	106.067	134.082	106.193	Obrigações sociais e trabalhistas	20	51.288	34.822	51.409	34.947
Tributos a recuperar	13	14.994	22.364	15.000	22.367	Obrigações tributárias	21	10.769	7.646	10.780	7.676
Imposto de renda e contribuição social - retidos		488	-	511	23	Imposto de renda e contribuição social		7.365	2.671	7.376	2.671
Outros créditos		5.774	1.532	5.776	1.533	Parcelamentos tributários		5.350	3.740	5.350	3.740
Circulante		431.808	281.523	430.855	281.397	Contas a pagar		13.415	12.219	13.423	12.236
						Provisão para processos judiciais	22.a	-	1.896	-	1.896
						Outros passivos		728	698	728	698
						Dividendos a pagar	23.e	10.433	-	10.433	-
						Circulante		347.087	284.413	347.310	284.599
Outros créditos		6.277	4.890	6.277	4.890						
Depósitos judiciais		4.811	2.354	4.811	2.354	Provisão para passivo a descoberto em controlada	15.a	751	177	-	-
Ativo fiscal diferido	27	54.685	2.458	55.071	2.554	Empréstimos, financiamentos e debêntures	19	300.060	108.498	300.060	108.498
Tributos a recuperar	13	9.631	5.705	9.631	5.705	Passivo de arrendamento	17.b	226.355	177.764	226.355	177.764
Mútuo a receber de partes relacionadas	14	-	1.534	-	1.534	Parcelamentos tributários		7.432	2.573	7.432	2.573
Realizável a longo prazo		75.404	16.941	75.790	17.037	Provisão para processos judiciais	22.a	2.559	9.551	2.559	9.551
						Não circulante		537.157	298.563	536.406	298.386
Ativo de direito de uso	17.a	276.228	222.617	276.228	222.617						
Imobilizado	16	304.770	200.997	304.809	201.036	Total do passivo		884.244	582.976	883.716	582.985
Intangível		11.669	9.494	11.669	9.494						
Não circulante		668.071	450.049	668.496	450.184	Capital social	23.a	91.438	91.438	91.438	91.438
						Reservas de capital	23.b	20.000	20.000	20.000	20.000
						Reserva de benefício fiscal	23.d	49.089	-	49.089	-
						Reservas de lucros	23.c	55.108	37.158	55.108	37.158
						Patrimônio líquido		215.635	148.596	215.635	148.596
Total do ativo		1.099.879	731.572	1.099.351	731.581	Total do passivo e patrimônio líquido		1.099.879	731.572	1.099.351	731.581

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Grupo Fartura de Hortifrut S.A.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Receitas de vendas	24	1.779.260	1.163.121	1.779.705	1.330.781
Custos das vendas	25	(1.062.394)	(695.641)	(1.062.572)	(784.296)
Lucro bruto		716.866	467.480	717.133	546.485
Despesas com vendas e distribuição	25	(496.277)	(339.177)	(496.293)	(400.504)
Despesas gerais e administrativas	25	(74.674)	(49.456)	(75.773)	(59.204)
Perda por redução ao valor recuperável do contas a receber	25	(55)	(447)	(55)	(455)
Outras receitas (despesas), líquidas	25	(43.158)	(19.742)	(43.155)	(19.287)
Resultado antes do resultado financeiro e impostos		102.702	58.658	101.857	67.035
Receitas financeiras	26	6.935	3.100	6.935	4.769
Despesas financeiras	26	(41.580)	(35.479)	(41.588)	(39.525)
Resultado financeiro, líquido		(34.645)	(32.379)	(34.653)	(34.756)
Equivalência patrimonial	15.b	(574)	3.292	-	-
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		67.483	29.571	67.204	32.279
Imposto de renda e contribuição social corrente	27	(26.692)	(10.293)	(26.703)	(13.559)
Imposto de renda e contribuição social diferido	27	3.138	2.398	3.428	2.973
Lucro líquido do exercício		43.929	21.676	43.929	21.693
Lucro atribuível à acionistas controladores		43.929	21.676	43.929	21.676
Lucro atribuível à acionistas não controladores		-	-	-	17
Lucro líquido do exercício		43.929	21.676	43.929	21.693
Lucro líquido básico e diluído por lote de mil ações no fim do exercício -	28	1.579,61	779,43	1.579,61	779,43

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Grupo Fartura de Hortifrut S.A.

**Demonstrações do resultado abrangente
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019**

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Lucro líquido do exercício	43.929	21.676	43.929	21.693
Participação de acionistas controladores	-	-	-	21.676
Participação de acionistas não controladores	-	-	-	17
Resultado abrangente do exercício	43.929	21.676	43.929	21.693

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Grupo Fartura de Hortifrut S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

Nota	Capital social		Reserva de capital	Reserva de benefício fiscal	Reserva de lucros		Lucros acumulados	Patrimônio líquido dos controladores	Patrimônio líquido dos não controladores	Patrimônio líquido total
	Capital social	Capital a integralizar			Reserva legal	Reserva de retenção de lucros				
Saldos em 1º de janeiro de 2019	127.364	(37.500)	79.092	-	1.806	22.003	-	192.765	1.680	194.445
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	21.676	21.676	17	21.693
Integralização de capital e aporte de reserva de capital em 31/05/2019	23.a	17.500	17.500	-	-	-	-	35.000	-	35.000
Integralização de capital e aporte de reserva de capital em 29/11/2019	23.a	20.000	20.000	-	-	-	-	40.000	-	40.000
Capital subscrito domiciliados no país com reservas	23.a	97.968	(96.592)	-	(1.376)	-	-	-	-	-
Redução do capital social decorrente de cisão	2.a	(133.894)	-	-	-	-	-	(133.894)	-	(133.894)
Destinação do lucro:										
Constituição de reserva legal	23.c	-	-	-	1.084	-	(1.084)	-	-	-
Dividendos e juros sobre capital próprio distribuídos	23.e	-	-	-	-	-	(6.951)	(6.951)	-	(6.951)
Redução da participação dos não controladores decorrente da cisão	2.a	-	-	-	-	-	-	-	(1.697)	(1.697)
Reserva da retenção de lucros	-	-	-	-	-	13.641	(13.641)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	91.438	-	20.000	-	1.514	35.644	-	148.596	-	148.596
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	43.929	43.929	-	43.929
Destinação do lucro:										
Constituição de reserva legal	23.c	-	-	-	2.196	-	(2.196)	-	-	-
Dividendos distribuídos	23.e	-	-	-	-	(15.546)	(10.433)	(25.979)	-	(25.979)
Reserva de benefício fiscal	23.d	-	-	49.089	-	-	-	49.089	-	49.089
Reserva da retenção de lucros	-	-	-	-	-	31.300	(31.300)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	91.438	-	20.000	49.089	3.710	51.398	-	215.635	-	215.635

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Grupo Fartura de Hortifrut S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

Notas	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social				
	67.483	29.571	67.204	32.279
Ajustes				
Depreciação e amortização	18.908	10.078	18.908	11.955
Depreciação do arrendamento mercantil	17.a 60.593	40.514	60.593	48.232
Juros apropriados do passivo de arrendamento	26 21.804	16.183	21.804	19.149
Resultado de equivalência patrimonial	15.b 574	(3.292)	-	-
Baixa de ativo imobilizado	16 4.357	523	4.357	1.192
Provisão para processos judiciais	22 18.314	11.074	18.314	10.783
Provisão para perdas de estoque	12 (73)	(135)	(73)	(135)
Perda por redução ao valor recuperável do contas a receber	25 55	447	55	455
Juros provisionados, variação cambial e amortização do custo de transação de empréstimos e financiamentos	26 8.604	7.970	8.604	8.209
Provisão para bônus	20 27.266	8.400	27.269	10.127
Instrumentos financeiros de derivativos	29.c (830)	(12)	(830)	(247)
IOF sobre mútuo	14.e (22)	(17)	(22)	(95)
Receitas financeiras sobre mútuo	14.e -	305	-	305
	227.033	121.609	226.183	142.209
Variações dos ativos e passivos				
Contas a receber de clientes	(39.014)	(11.165)	(38.793)	(20.065)
Estoques	(28.327)	(23.643)	(27.816)	(22.282)
Tributos a recuperar	3.444	(14.259)	3.441	(16.229)
Depósitos judiciais	(18.951)	(1.362)	(18.951)	(1.520)
Outros créditos	(5.629)	(3.422)	(5.630)	(4.001)
Fornecedores	24.299	3.649	24.357	(2.023)
Contas a pagar	1.196	2.724	1.187	1.946
Obrigações sociais e trabalhistas	(10.800)	(7.079)	(10.807)	(7.068)
Obrigações tributárias	111	785	92	1.618
Pagamentos de processos judiciais	22 (1.227)	(837)	(1.227)	(849)
Outros passivos	30	652	30	1.764
Caixa gerado (aplicado) nas operações	152.165	67.652	152.066	73.500
Imposto de renda e contribuição social pagos	(22.486)	(10.480)	(22.486)	(14.660)
Juros pagos no financiamento e passivo de arrendamento	17 / 19 (29.357)	(22.733)	(29.357)	(26.058)
Caixa líquido gerado (aplicado) das atividades operacionais	100.322	34.439	100.223	32.782
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Aquisição de ativo imobilizado/ intangível	(120.056)	(76.790)	(120.056)	(87.634)
Aplicações financeiras	(4.000)	(500)	(4.000)	(500)
Aumento de capital em controlada	15.b -	(18.909)	-	-
Concessão de mútuo a partes relacionadas	14.e (1.984)	(1.531)	(1.984)	(4.654)
Recebimento de mútuo de partes relacionadas	14.e 2.009	3.937	2.009	3.937
Caixa líquido proveniente nas atividades de investimento	(124.031)	(93.793)	(124.031)	(88.851)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Aporte de capital	-	75.000	-	75.000
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos no período	23.f (14.015)	(9.951)	(14.015)	(9.951)
Pagamento de mútuos com partes relacionadas	14.e -	(6)	-	(2.006)
Pagamento do principal de arrendamento mercantil	17.b (50.687)	(30.900)	(50.687)	(36.373)
Pagamento do principal de empréstimos e financiamentos	19.a (80.759)	(85.220)	(80.759)	(97.303)
Captação de empréstimos	19.a 250.000	126.043	250.000	126.043
Custos de transação de empréstimos	19.a (75)	(1.697)	(75)	(1.697)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	104.464	73.269	104.464	53.713
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	80.755	13.915	80.656	(2.356)
Geração de caixa pela incorporação de controlada	-	256	-	-
Geração de caixa por cisão	-	-	-	(27.173)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	80.755	14.171	80.656	(29.529)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	64.040	49.869	64.187	93.716
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	144.795	64.040	144.843	64.187
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	80.755	14.171	80.656	(29.529)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Grupo Fartura de Hortifrut S.A.

Demonstrações do valor adicionado

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Receitas				
Receita de serviços	673	749	673	749
Receitas de vendas	1.832.004	1.196.978	1.832.544	1.369.256
Perda por redução ao valor recuperável do contas a receber	(55)	(447)	(55)	(455)
	1.832.622	1.197.280	1.833.162	1.369.550
Insumos adquiridos de terceiros				
Custo das mercadorias e serviços vendidos	(994.888)	(660.279)	(995.065)	(747.734)
Materiais, energia, serviço de terceiros e outros	(243.684)	(171.190)	(243.892)	(201.650)
Perda e recuperação de valores ativos	(294)	3.114	(294)	4.451
Valor adicionado bruto	593.756	368.925	593.911	424.617
Depreciação e amortização	(79.500)	(50.592)	(79.500)	(60.187)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	514.256	318.333	514.411	364.430
Valor adicionado recebido em transferência				
Receitas financeiras	7.582	3.484	7.583	5.440
Resultado de equivalência patrimonial	(573)	3.292	-	-
Outros	(2.108)	1.639	(2.104)	2.535
Valor adicionado total a distribuir	519.157	326.748	519.890	372.405
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal	278.452	185.377	279.067	214.485
Remuneração direta	246.387	165.557	246.915	189.857
Benefícios	15.143	8.290	15.187	11.346
FGTS	16.922	11.530	16.965	13.282
Impostos, taxas e contribuições	139.507	77.079	139.451	88.506
Federais	111.598	60.851	111.541	71.130
Estaduais	19.512	9.906	19.512	10.659
Municipais	8.397	6.322	8.398	6.717
Remuneração de capitais de terceiros	57.269	42.616	57.443	47.721
Juros	45.435	30.909	45.442	34.944
Aluguéis	8.090	8.229	8.241	9.088
Outras	3.744	3.478	3.760	3.689
Remuneração de capitais próprios	43.929	21.676	43.929	21.693
Constituição de reserva legal	2.196	1.084	2.196	1.084
Dividendos e juros sobre capital próprio distribuídos	10.433	6.951	10.433	6.951
Reserva de retenção de lucros	31.300	13.641	31.300	13.641
Participação de não controladores	-	-	-	17
Valor adicionado distribuído	519.157	326.748	519.890	372.405

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

O Grupo Fartura de Hortifrut. S.A. (“Companhia” e/ou “Controladora”) é uma sociedade por ações, constituída e com início de suas atividades operacionais no ano de 2002, com sede na Avenida Comendador Aladino Selmi, 2502 – Galpão 5, Parque Cidade Campinas, na cidade de Campinas, Estado de São Paulo. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia abrangem a Companhia e sua subsidiária (conjuntamente referidas como Grupo”).

O Grupo tem como atividade principal o comércio varejista de produtos alimentícios e opera através de unidades comerciais localizadas nos estados de São Paulo, Goiás e no Distrito Federal.

Evento significativo: COVID-19

Em 31 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou o coronavírus (COVID-19) como uma emergência de saúde global e em 11 de março de 2020, o surto foi declarado pela OMS como pandemia uma vez que o vírus se disseminou em todos os continentes.

No ano de 2020, o cenário global foi marcado pelos desdobramentos da pandemia causada pelo COVID-19, desde então, a Administração avalia de forma constante os efeitos do surto sobre as operações nas demonstrações financeiras.

Principais impactos do COVID-19

Após o pronunciamento da OMS, a prioridade do Grupo foi de assegurar a saúde e segurança de seus funcionários e clientes, garantindo a normalidade do fornecimento de alimentos a toda população, e com medidas trabalhistas para preservação do emprego dos seus colaboradores.

Por estar em um setor essencial do varejo de alimentos, a Administração se restringiu ao fechamento temporário de uma única loja de shopping por exigência do Estado que perdurou por um período de março a junho de 2020; o encerramento temporários das atividades dos restaurantes que atendem o público pelo período de março a agosto de 2020; e atuou de forma rápida na adequação das medidas exigidas pelos órgãos de saúde públicas nas lojas e centro de distribuição.

A Companhia respeita de forma criteriosa as fases estabelecidas pelo Governo de cada Estado que, no caso da fase vermelha, temos redução no horário de atendimento nas lojas físicas em shoppings, que hoje representam seis lojas, mas isso não gera impacto significativos nas nossas vendas, pela intensificação das vendas pelo canal digital para estes estabelecimentos.

A Administração vem tomando as medidas cabíveis para conter o surto, sendo que menciono as principais medidas implementadas:

- a) Ampliação da disponibilidade de produtos para venda online e delivery;

- b) Negociação com os atuais e novos fornecedores de mercadorias para reforçar o abastecimento das lojas durante o período surto;
- c) Comunicação frequente e ativa com todos os colaboradores a fim de nós cuidados contra o vírus;
- d) Intensificação no abastecimento de materiais de limpeza como álcool gel e instalação de equipamentos de proteção nos caixas das lojas;
- e) Análise criteriosa no plano de investimentos, para aumentar a liquidez durante o período do surto;
- f) Adoção da prática de home office para colaboradores de áreas corporativas.

Riscos de liquidez

O Grupo mantém um monitoramento do risco de liquidez através da gestão de seus recursos de caixa e aplicações financeiras, e apresentou um crescimento nas vendas em 2020.

Em 31 de dezembro de 2020, o Grupo apresenta um saldo de caixa e equivalentes de caixa de R\$ 144.795 e R\$ 144.843, controladora e consolidado, respectivamente.

Quanto aos recebíveis foram avaliadas todas as medidas para potenciais riscos de não serem quitados, no entanto, o prazo médio de recebimento não foi alterado e o maior percentual de recebimento das vendas do Grupo são por meio de cartões de débitos e créditos que assegura o recebimento no prazo. A Administração não observou sinais de aumento de inadimplência.

Foram avaliadas possibilidade de prorrogação de prazos junto os fornecedores, mas como não houve impacto significativo na operação, a Administração manteve os pagamentos, sem a necessidade de ampliação do prazo médio de pagamento.

O Grupo fortaleceu a posição de caixa através da captação de R\$ 250.000 em 2020 de novos empréstimos e financiamentos conforme demonstrado na nota explicativa 19.a.

Acompanhamento das estimativas contábeis

O Grupo considerou em suas revisões de estimativas potenciais aumentos de perdas com recebíveis e eventuais perdas de recuperabilidade dos estoques, e não foram identificados ajustes ou complementos significativos nas estimativas oriundos do COVID-19.

Risco de perdas de redução ao valor recuperável do ativo imobilizado e direito de uso

A Administração revisou suas principais premissas inerentes aos testes de recuperabilidade dos seus ativos imobilizados e direito de uso tendo, em vista os impactos decorrentes do COVID-19, e devido ao setor essencial de atuação do Grupo, não identificou indicativos de impairment no exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Recuperabilidade do imposto de renda e contribuição social diferidos

Em relação à realização de créditos de impostos diferidos, o Grupo não identificou e nem espera nenhum impacto, considerando suas expectativas de geração de lucros tributáveis futuros e os créditos são essencialmente oriundos de diferenças temporárias, conforme demonstrado na nota explicativa 27.

Risco de continuidade operacional

O Grupo atua em um setor essencial na crise pandêmica e avaliou possíveis cenários da crise nos negócios e as projeções. O desempenho no exercício não apresentam riscos para a continuidade

dos negócios. O Grupo apresenta um capital circulante e fluxo de caixa operacional positivos em 2020, bem como um lucro líquido no exercício e aumento na receita de vendas.

Portanto, a Administração não identificou elementos que configurem em risco de continuidade operacional dos negócios.

2 Relação de entidades controladas

Segue abaixo lista das controladas relevantes da Companhia :

Controladas	Participação 2020 (%)	Participação 2019 (%)	Evento
CR Alves Participações Ltda.	-	-	Cindida em 01/08/2019 (a)
Oba Hortifrut Comércio e Importação de Frutas Ltda.	-	-	Incorporada pela Companhia em 01/10/2019 (b)
Oba Gourmet Restaurantes Ltda.	99,00	99,00	Constituída em 2018 (c)

a. Cisão parcial do investimento na CR Alves

Em 31 de agosto de 2019, a Companhia realizou o processo de cisão parcial dos ativos e passivos que representavam o investimento na CR Alves Participações Ltda. (“CR Alves”), nos termos acordados entre as partes e de acordo com os valores estabelecidos no Laudo de Avaliação, com base nos valores contábeis. A CR Alves tinha como principal fonte de receita rendimentos sobre aplicações financeiras.

Em decorrência deste processo, nas demonstrações financeiras individuais da Controladora, houve a baixa do investimento (nota 15.b) e a redução do capital social no valor de R\$ 133.894 (nota 23).

Como resultado, o patrimônio líquido cindido da Companhia foi vertido à Call Holding Ltda., entidade controlada por sócios da Companhia, que sucedeu a Companhia estritamente em relação aos direitos e obrigações relacionados ao patrimônio líquido cindido.

b. Incorporação da controlada Oba Hortifrut Comércio e Importação de Frutas Ltda.

Em 01 de outubro de 2019, por meio de “Assembleia Geral Extraordinária”, foi aprovado o “Protocolo e Justificação de Incorporação”. Nesta mesma data foi deliberada pelos acionistas da Companhia, a incorporação do acervo líquido da controlada Oba Hortifrut Comércio e Importação de Frutas Ltda. (“Oba Hortifrut”) pelo valor contábil, visto que ambas as entidades possuíam controle em comum.

O acervo líquido da Oba Hortifrut Comércio e Importação de Frutas Ltda. avaliados na data de 30 de setembro de 2019, foi de R\$ 42.648 (nota 15.b), o qual foi baixado o referido investimento na controladora e incorporado linha a linha na demonstração financeira de 2019.

c. Oba Gourmet

A controlada Oba Gourmet Restaurante Ltda. (“Oba Gourmet”), foi constituída em 2018, e iniciou as atividades em 01 de maio de 2019. A controlada tem sede na cidade de Limeira – São Paulo, tendo como atividade principal “restaurante”.

d. Oba Growth

Em 2017, a Crescera - Investment I - Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, por meio da empresa veículo Oba Growth Participações S.A. (“Oba Growth”), adquiriu participação societária na Companhia, o que, após alocação do preço de compra, gerou um ágio na aquisição. Houve a incorporação da empresa adquirente pelo investimento adquirido.

Em 31 de dezembro de 2019, a participação societária da Oba Growth na Companhia era de 30% (26,35% em 31 de dezembro de 2018).

Em 31 de janeiro de 2020, o Oba Growth Participações S.A., que detinha 30% de participação na Companhia em 31 de dezembro de 2019 (26,35% em 31 de dezembro de 2018), foi incorporado pela Companhia.

Os efeitos da transação de incorporação reversa em 2020 nessas demonstrações financeiras o registrado do ativo fiscal diferido de R\$ 49.089 (nota 27) em contrapartida da reserva de benefício fiscal (patrimônio líquido) (nota 23.d).

3 Base de preparação

As demonstrações financeiras individuais da controladora e consolidadas foram preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*, e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pela Administração em 07 de abril de 2021. Após a sua emissão, os acionistas devem aprovar quaisquer mudanças subsequentes nas demonstrações financeiras.

Detalhes das principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão apresentadas na nota explicativa 7.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

4 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional do Grupo. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

5 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Grupo e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a. Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas na seguinte nota explicativa:

- **Nota explicativa 17** - prazo do arrendamento: se o Grupo tem razoavelmente certeza de exercer opções de prorrogação.

b. Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2020 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa 12** - reconhecimento e mensuração da provisão de perda nos estoques;
- **Nota explicativa 22** - reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos; e
- **Nota 27** – recuperabilidade do ativo fiscal diferido.

c. Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis do Grupo requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

O Grupo estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de Nível 3 com reporte diretamente ao Diretor Financeiro.

A equipe de avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos das normas CPC/IFRS, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, o Grupo usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- **Nível 2:** inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3:** inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

O Grupo reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas seguinte nota explicativa:

- **Nota explicativa 29** - instrumentos financeiros.

6 Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais, que são mensurados a cada data de reporte e reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- os instrumentos financeiros derivativos são mensurados pelo valor justo;
- os instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo.

7 Principais políticas contábeis

O Grupo aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

a. Base de consolidação

Controladas

O Grupo controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o Grupo obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

Participação de acionistas não-controladores

O Grupo elegeu mensurar qualquer participação de não-controladores inicialmente pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis da adquirida na data de aquisição. Mudanças na participação do Grupo em uma subsidiária que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio líquido.

Perda de controle

Quando a entidade perde o controle sobre uma controlada, o Grupo desreconhece os ativos e passivos e qualquer participação de não-controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se o Grupo retém qualquer participação na antiga controlada, essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle.

Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intra-grupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intra-grupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação do Grupo na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

b. Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais das entidades do Grupo pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

c. Reconhecimento de receita de contrato com cliente

Receita de vendas de mercadorias

As receitas são provenientes basicamente das vendas de produtos de varejo. Portanto, a receita da venda dos produtos no comércio varejista, diretamente ao consumidor final, é reconhecida no momento efetivo da venda, que é substancialmente o momento que a obrigação de desempenho é atendida. A receita é reconhecida quando os produtos são entregues.

As vendas direto ao consumidor permitem ao cliente devolver os produtos. Portanto, de acordo com o CPC 47/ IFRS 15 – Receitas de contratos de clientes, o valor da receita reconhecida deve ser ajustado para as devoluções esperadas, que são estimadas com base nos dados históricos. Nessas circunstâncias, um passivo de devolução e um direito de recuperar o ativo a ser devolvido devem ser reconhecidos. A Administração avaliou as devoluções esperadas e identificou um valor imaterial e, portanto, não estão refletidas nessas demonstrações financeiras.

d. Benefícios a empregados

Participação nos lucros

O Grupo reconhece um passivo e uma despesa de participação de empregados no resultado, além de uma provisão quando estiver contratualmente obrigada ou houver uma prática anterior que tenha gerado obrigação não formalizada.

A participação no resultado tem como base o atingimento de meta de receita e resultado alcançados, bem como avaliação do desempenho individual em relação à sua contribuição para a formação deste resultado, tanto na parte quantitativa quanto na qualitativa.

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso o Grupo tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

e. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras do Grupo compreendem:

- receita de juros;
- despesa de juros;
- ganhos/perdas líquidos de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado (“VJR”);
- ganhos/perdas líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos. O Grupo classifica dividendos e juros sobre capital próprio pagos como fluxos de caixa das atividades de financiamento.

A 'taxa de juros efetiva' é a taxa que desconta os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao:

- valor contábil bruto do ativo financeiro; ou
- ao custo amortizado do passivo financeiro.

No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo (quando o ativo não estiver com problemas de recuperação) ou ao custo amortizado do passivo. No entanto, a receita de juros é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro que apresenta problemas de recuperação depois do reconhecimento inicial. Caso o ativo não esteja mais com problemas de recuperação, o cálculo da receita de juros volta a ser feito com base no valor bruto.

f. Imposto de renda e contribuição social

Imposto de renda e contribuição social corrente e diferidos

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a

itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O Grupo determinou que os juros e multas relacionados ao imposto de renda e à contribuição social, incluindo tratamentos fiscais incertos, não atendem a definição de imposto de renda e portanto foram contabilizados de acordo com o CPC 25/IAS 37 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para:

- diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil;
- diferenças temporárias relacionadas a investimentos em controladas na extensão que o Grupo seja capaz de controlar o momento da reversão da diferença temporária e seja provável que a diferença temporária não será revertida em futuro previsível; e
- diferenças temporárias tributáveis decorrentes do reconhecimento inicial de ágio.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios.

Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual o Grupo espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos. Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

g. Estoques

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. Os estoques adquiridos são registrados pelo custo médio, incluindo os custos de armazenamento e manuseio, na medida em que tais custos são necessários para trazer os estoques na sua condição de venda nas lojas.

O valor líquido de realização é o preço de venda no curso normal dos negócios, deduzidos os custos estimados necessários para efetuar a venda, tais como: (i) tributos incidentes sobre a venda; (ii) custo da mercadoria; e (iii) demais custos necessários para trazer a mercadoria em condição de venda.

Os estoques são reduzidos ao seu valor recuperável por meio de estimativas para perdas, as quais são periodicamente analisadas e avaliadas quanto à sua adequação.

h. Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (impairment).

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pelo Grupo.

Depreciação

A depreciação é calculada sobre o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado do exercício e exercício comparativo são as seguintes:

Instalações comerciais	10 anos
Máquinas, equipamentos e ferramentas	7-10 anos
Veículos	5 anos
Computadores e periféricos	5 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Benfeitorias em propriedades de terceiros	10 anos
Edificações	25 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

i. Ativos intangíveis

Reconhecimento e Mensuração

Ativos intangíveis que são adquiridos pelo Grupo e que têm vidas úteis definidas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente e marcas e patentes, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Amortização

A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é geralmente reconhecida no resultado. O ágio não é amortizado.

As vidas úteis estimadas são as seguintes:

Ponto comercial	5 anos
Software	5 anos

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

j. Instrumentos financeiros

(i) *Reconhecimento e mensuração inicial*

Os contas a receber de clientes são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando o Grupo se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado (“VJR”), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) *Classificação e mensuração subsequente*

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”) - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que o Grupo mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR;

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, o Grupo pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes (“ORA”). Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, o Grupo pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Avaliação do modelo de negócio

O Grupo realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração do Grupo;

- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- Como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o reconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos do Grupo.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

O Grupo considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação o Grupo considera:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- Os termos que limitam o acesso do Grupo a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o Método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Passivos financeiros

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

O Grupo desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Grupo transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual o Grupo nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

(iv) Passivos financeiros

O Grupo desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. O Grupo também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(v) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Grupo tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(vi) Redução ao valor recuperável (Impairment)

Ativos financeiros não-derivativos

Instrumentos financeiros

O Grupo reconhece perdas por redução ao valor recuperável do contas a receber sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

O Grupo está inserido no segmento de Hortifrutigranjeiros e os recebimentos pelas vendas de produtos são valores em espécie ou através de administradoras de cartões de débitos e créditos.

O Grupo mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:

- títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e
- outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes (incluindo recebíveis de arrendamentos) e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, o Grupo considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica do Grupo, na avaliação de crédito e considera informações prospectivas (*forward-looking*).

O Grupo presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 90 dias de atraso.

O Grupo considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito ao Grupo, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou
- o ativo financeiro estiver vencido há mais de 90 dias.

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual o Grupo está exposto ao risco de crédito.

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos ao Grupo de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que o Grupo espera receber).

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, o Grupo avalia os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado.

Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- dificuldades financeiras significativas do devedor;
- quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias;
- reestruturação de um valor devido ao Grupo em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos. A provisão para perdas é apresentada em linha separada na demonstração de resultado do Grupo (Perdas por redução ao valor recuperável do contas a receber).

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando o Grupo não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. O Grupo não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos do Grupo para a recuperação dos valores devidos.

k. Arrendamentos

No início de um contrato, o Grupo avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, o Grupo utiliza a definição de arrendamento no CPC 06(R2)/IFRS 16.

Como arrendatário

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, o Grupo aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, o Grupo optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente.

O Grupo reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental do Grupo. Geralmente, o Grupo usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.

O Grupo determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte:

- pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência;
- valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e
- o preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se o Grupo alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o

valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

O Grupo apresenta ativos de direito de uso que não atendem à definição de propriedade para investimento em rubricas específicas no balanço patrimonial.

Arrendamentos de ativos de baixo valor

O Grupo optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo equipamentos de TI. O Grupo reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento.

l. Mensuração do Valor Justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual o Grupo tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (non-performance). Uma série de políticas contábeis e divulgações do Grupo requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros.

Quando disponível, o Grupo mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como “ativo” se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, o Grupo utiliza técnicas de avaliação quemaximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis.

A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação. Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, o Grupo mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se o Grupo determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

m. Provisões

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do

desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

Provisões para contingências

Uma provisão de contingências é reconhecida quando, por resultado de eventos passados, há uma obrigação presente provável de uma saída de recurso. No caso de passivo contingente, isto é uma obrigação possível que resulte de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob o controle do Grupo, apenas a divulgação em suas demonstrações financeiras é efetuada.

n. Informação por segmento

O principal tomador de decisões considera todo o Grupo como um único segmento operacional e reportável, monitorando as operações, tomando decisões sobre a alocação de recursos e avaliando o desempenho com base em um único segmento operacional. O tomador de decisão analisa os dados financeiros relevantes em uma base consolidada para todas as subsidiárias.

A receita, os resultados e os ativos do Grupo para este segmento reportável podem ser determinados por referência à demonstração consolidada do rendimento e do rendimento integral e balanço consolidado.

O negócio é um único segmento de comércio varejista de hortifrutigranjeiros, carnes, padaria e mercadorias em gerais com predominância em produtos alimentícios, não possuindo outro segmento além do reportado.

o. Lucro por ação

A Companhia efetua os cálculos do lucro por lote de mil ações utilizando o número médio ponderado de ações totais em circulação, durante o exercício correspondente ao resultado.]

p. Mudanças nas principais políticas contábeis

O Grupo adotou inicialmente as alterações ao CPC 15/IFRS 3 sobre definição de um negócio, e alterações ao CPC 48/IFRS 9, CPC 38/IAS 39 e CPC 40/IFRS 7 sobre Reforma da Taxa de Juros de Referência a partir de 1º de janeiro de 2020. Uma série de outras novas normas também entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2020, mas não afetaram materialmente as demonstrações financeiras do Grupo.

Essas mudanças nas principais políticas contábeis não tiveram impacto nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas de 2020 do Grupo.

8 Normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de normas foram avaliadas quanto a efetividade para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2020. O Grupo não teve impacto na adoção dessas normas na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

a) Contratos Onerosos – custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25/IAS 37)

As alterações especificam quais os custos que uma entidade inclui ao determinar o custo de cumprimento de um contrato com o objetivo de avaliar se o contrato é oneroso. As alterações aplicam-se a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2022 para contratos existentes na data em que as alterações forem aplicadas pela primeira vez. Na data da aplicação inicial, o efeito cumulativo da aplicação das alterações é reconhecido como um ajuste do saldo de abertura em lucros acumulados ou outros componentes do patrimônio líquido, conforme apropriado. Os comparativos não são reapresentados.

O Grupo não possui contratos onerosos em 31 de dezembro de 2020, portanto, essa mudança na norma não trará impacto para demonstrações financeiras.

b) Reforma da taxa de juros de referência - Fase 2 (alterações ao CPC48/IFRS 9, CPC 38/IAS 39, CPC 40/IFRS 7, CPC 11/IFRS 4 e CPC 06/IFRS 16)

As alterações tratam de questões que podem afetar as demonstrações financeiras como resultado da reforma da taxa de juros de referência, incluindo os efeitos de mudanças nos fluxos de caixa contratuais ou relações de *hedge* decorrentes da substituição da taxa de juros de referência por uma taxa de referência alternativa. As alterações fornecem expediente prático para certos requisitos do CPC 48/IFRS 9, CPC 38/IAS 39, CPC 40/IFRS 7, CPC 11/IFRS 4 e CPC 06/IFRS 16 relacionados a:

- mudanças na base de determinação dos fluxos de caixa contratuais de ativos financeiros, passivos financeiros e passivos de arrendamento; e
- contabilidade de *hedge*.

O Grupo não tem impactos relevantes pela alteração dessa norma.

c) Outras normas

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:

- Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 (alteração ao CPC 06/IFRS 16);
- Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27/IAS 16);
- Referência à Estrutura Conceitual (Alterações ao CPC 15/IFRS 3);
- Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26/IAS 1); e
- IFRS 17 Contratos de Seguros.

9 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Caixa	2.371	1.341	2.376	1.344
Bancos conta movimento	4.981	20.151	5.007	20.154
Numerários em trânsito	11	1.131	13	1.130
Aplicações financeiras de liquidez imediata (i)	137.432	41.417	137.447	41.559
	144.795	64.040	144.843	64.187

- (i) As aplicações financeiras estão representadas por Certificados de Depósitos Bancários e operações compromissadas que são títulos emitidos pelas instituições financeiras, cujos rendimentos estão atrelados à variação do Certificado de Depósito Interbancário com média de rentabilidade entre 99% a 101% do CDI em 2020 (95,5% do CDI em 2019), e possuem liquidez imediata. A receita gerada por estes investimentos são registradas como receita financeira.

10 Aplicações financeiras

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Títulos de capitalização (i)	1.000	2.000	1.000	2.000
BB Renda Fixa CP Corporate Ágil (ii)	5.000	-	5.000	-
	6.000	2.000	6.000	2.000

- (i) O saldo é decorrente de investimentos em títulos de capitalização, atualizado pela Taxa Referencial ("TR") aplicada às cadernetas de poupança.
- (ii) Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia apresenta aplicações financeiras no montante de R\$ 5.000, que corresponde a proporção mínima de 5,00% de garantia do financiamento obtido junto ao Banco do Brasil, remunerada à taxa de CDI 73%, conforme detalhado na nota explicativa 19.f.

11 Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Duplicatas e cheques a receber	1.455	2.751	1.553	2.752
Duplicatas a receber com partes relacionadas (nota 14)	1.072	1.057	261	1.057
Outras contas a receber	2.067	2.214	2.067	2.219
Administradoras de cartão	120.616	80.174	120.682	79.742
Sub-total	125.210	86.196	124.563	85.770
(-) Perdas por redução ao valor recuperável do contas a receber	(752)	(697)	(752)	(697)
Total	124.458	85.499	123.811	85.073

A exposição máxima ao risco de crédito na data de apresentação das demonstrações financeiras é o valor contábil de cada classe de contas a receber. O Grupo possui títulos cedidos em garantia conforme nota-19.d-Debêntures. A exposição do Grupo a riscos de créditos está apresentada na nota 29.b.

As operações com administradores de cartão de crédito são registradas líquidas das comissões pagas às respectivas administradoras, registradas nas demonstrações do resultado como despesas de vendas. O Grupo possui créditos cedidos para instituições financeiras como descrito na nota explicativa nº 19.

O Grupo reconhece a perdas por redução ao valor recuperável do contas a receber após análise individualizada dos clientes. Além disso, temos como política reconhecer como perda os saldos vencidos há mais de 90 dias cujo recebimento não líquido é certo, exceto para o contas a receber com partes relacionadas. O saldo vencido a mais de 90 dias demonstrado no aging-list abaixo e não provisionados referem-se principalmente aos saldos a receber com partes relacionadas, na qual a Administração avalia que são recuperáveis e nenhuma provisão para perda foi constituída.

O Grupo possuía provisão para perdas de crédito no montante de R\$ 752 (R\$ 697 em 2019), controladora e consolidado, conforme movimentação a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Saldo inicial em 1º de janeiro	697	314	697	326
Incorporação	-	10	-	-
Perdas por redução ao valor recuperável do exercício	55	447	55	455
Baixa de contas a receber	-	(74)	-	(84)
Saldo final em 31 de dezembro	752	697	752	697

Abaixo segue o *aging list* do contas a receber de clientes e outras contas a receber:

	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
A vencer	123.044	82.033	122.397	82.124
<i>Vencidos:</i>				
30 dias	859	1.416	859	1.325
60 dias	101	214	101	164
90 dias	267	371	267	342
120 dias	12	458	12	383
180 dias	85	429	85	196
Acima de 180 dias	842	1.275	842	1.236
Total	125.210	86.196	124.563	85.770

12 Estoques

	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Mercadorias para revenda	115.662	95.226	115.684	95.352
Material de embalagem e uso e consumo	10.238	7.086	10.238	7.086
Adiantamento a fornecedores	8.220	3.755	8.160	3.755
Adiantamento a fornecedores - partes relacionadas (nota 14)	347	-	-	-
	134.467	106.067	134.082	106.193

A provisão de estoques em 31 de dezembro de 2020 e 2019 são realizadas de acordo com percentual de perda histórica aplicado sobre os saldos em aberto. A Administração a provisão constituída foi de R\$ 193 (R\$ 120 em 2019) nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas aplicada nos estoques de mercadorias para revenda, conforme apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Saldo inicial em 1º de janeiro	(120)	(255)	(120)	(255)
Constituição da provisão	(3.018)	(1.338)	(3.018)	(1.338)
Reversão da provisão	2.945	1.473	2.945	1.473
Saldo final em 31 de dezembro	(193)	(120)	(193)	(120)

13 Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
ICMS - Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços (a)	18.418	15.368	18.421	15.368
PIS e COFINS a recuperar (a)	5.352	9.095	5.355	9.097
INSS a recuperar	40	3.526	40	3.526
Outros	815	80	815	81
	24.625	28.069	24.631	28.072
Ativo circulante	14.994	22.364	15.000	22.367
Ativo não circulante (b)	9.631	5.705	9.631	5.705

- (a) Em 2019, foi registrado créditos tributários extemporâneos de ICMS, PIS, COFINS e INSS no montante de R\$ 18.311 em contrapartida de despesas gerais e administrativas, despesas com vendas e distribuição e custo das vendas conforme nota 25. Os créditos serão compensados com impostos a pagar. Os demais saldos correspondentes ao ICMS a recuperar registrados nessa rubrica são decorrentes da operação da Companhia.
- (b) O valor correspondente a longo prazo refere-se aos avos de ICMS a recuperar incidentes sobre compra de ativo imobilizado.

14 Partes relacionadas

a. Controladora

(i) Contas patrimoniais – Ativo e Passivo

	Impacto nas contas patrimoniais							
	31/12/2020			31/12/2019				
	Contas a receber (nota 11)	Adiantamento a fornecedores (nota 12)	Passivo de arrendamento (nota 17.b)	Fornecedores (nota 18)	Contas a receber (nota 11)	Mútuos a receber	Passivo de arrendamento (Nota 17.b)	Fornecedores (nota 18)
Oba Gourmet Restantes Ltda.	811	347	-	-	-	-	-	
CRAL Empreendimentos e Participações Ltda. (i)	-	-	(11.161)	-	-	(13.481)	-	
Luiz Las Casas Alves (iv)	-	-	-	-	71	-	-	
Alex Alves dos Santos de Brito (iv)	2	-	(10)	-	8	32	(17)	
Carlos Roberto Alves (i) (ii) (iv)	3	-	(547)	-	1	1.201	(945)	
ARC Dia Comércio Varejista Ltda. (i) (ii) (iv)	-	-	-	-	819	-	-	
Comércio Atacadista de Frutas e Legumes Global Ltda ME (ii)	-	-	-	(199)	22	-	(14)	
Comercial Ki Frutas Ltda. (ii)	-	-	-	-	77	-	-	
Raimundo Desiderio Alves Caetano (ii)	-	-	(256)	-	6	230	(189)	
FCA Comércio de Alimentos Ltda. (i) (ii) (iv)	6	-	-	-	3	-	-	
Jequitibá Comercial Agrícola Ltda. (ii)	20	-	-	-	121	-	(28)	
Sevla Construtora e Incorporadora Ltda. (ii)	-	-	-	(934)	-	-	(977)	
Mooca Administradora de Alugueis Ltda. (iii)	-	-	(49.832)	-	-	(19.546)	-	
Super Varejão Caraca Ltda. (i)	226	-	-	-	-	-	-	
CR Alves Participações Ltda. (i)	-	-	(3.503)	-	-	-	-	
Agrindoor Agropecuária Ltda. (i)	4	-	-	-	-	-	-	
	1.072	347	(65.309)	(1.133)	1.057	1.534	(34.178)	(1.019)

(ii) Contas de resultado

	Impacto no resultado								
	31/12/2020				31/12/2019				
	Vendas de mercadorias	Outros serviços	Compras de mercadorias	CPC 06 (R2) - Deprec. + juros	Vendas de mercadorias	Receitas financeiras	Outros serviços	Compras de mercadorias	CPC 06 (R2) - Deprec. + juros
CRAL Empreendimentos e Participações Ltda. (i)	-	66	-	7.645	-	-	146	-	7.059
Alex Alves dos Santos de Brito (iv)	13	2	-	11	15	-	6	-	10
Carlos Roberto Alves (i) (ii) (iv)	20	5	-	19	21	78	39	-	24
ARC Dia Comércio Varejista Ltda. (i) (ii) (iv)	-	-	-	-	67	-	-	-	-
Comércio Atacadista de Frutas e Legumes Global Ltda ME (ii)	73	-	2.545	-	163	-	-	2.017	-
Comercial Ki Frutas Ltda. (ii)	19	-	-	-	128	-	-	-	-
Raimundo Desiderio Alves Caetano (ii)	28	-	-	126	38	-	1	-	123
FCA Comércio de Alimentos Ltda. (i) (ii) (iv)	62	-	-	-	34	85	-	-	-
Jequitibá Comercial Agrícola Ltda. (ii)	450	4	-	78	623	-	-	37	82
Sevla Construtora e Incorporadora Ltda. (ii)	1	-	-	-	1	-	-	-	-
Mooca Administradora de Aluguéis Ltda. (iii)	-	656	-	6.240	-	-	526	-	4.403
Super Varejão Caraca Ltda. (i)	2.737	-	1	-	1.164	-	-	87	-
Agrindoor Agropecuária Ltda. (i)	36	-	29	-	-	-	-	-	-
CR Alves Participações Ltda. (i)	-	-	-	3.023	-	-	-	-	-
	3.439	733	2.575	17.142	2.254	163	718	2.141	11.701

b. Consolidado

(i) Contas patrimoniais – Ativo e Passivo

	Impacto nas contas patrimoniais						
	31/12/2020			31/12/2019			
	Contas a receber (nota 11)	Passivo de arrendamento (nota 17.b)	Fornecedores (nota 18)	Contas a receber (nota 11)	Mútuos a receber (e.(i))	Passivo de arrendamento (nota 17.b)	Fornecedores (nota 18)
CRAL Empreendimentos e Participações Ltda. (i)	-	(11.161)	-	-	-	(13.481)	-
Luiz Las Casas Alves (iv)	-	-	-	-	71	-	-
Alex Alves dos Santos de Brito (iv)	2	(10)	-	8	32	(17)	-
Carlos Roberto Alves (i) (ii) (iv)	3	(547)	-	1	1.201	(945)	-
ARC Dia Comércio Varejista Ltda. (i) (ii) (iv)	-	-	-	819	-	-	-
Comércio Atacadista de Frutas e Legumes Global Ltda ME (ii)	-	-	(199)	22	-	-	(14)
Comercial Ki Frutas Ltda. (ii)	-	-	-	77	-	-	-
Raimundo Desiderio Alves Caetano (ii)	-	(256)	-	6	230	(189)	-
FCA Comércio de Alimentos Ltda. (i) (ii) (iv)	6	-	-	3	-	-	-
Jequitibá Comercial Agrícola Ltda. (ii)	20	-	-	121	-	-	(28)
Sevla Construtora e Incorporadora Ltda. (ii)	-	-	(934)	-	-	-	(977)
Mooca Administradora de Aluguéis Ltda. (iii)	-	(49.832)	-	-	-	(19.546)	-
Super Varejão Caraca Ltda. (i)	226	-	-	-	-	-	-
CR Alves Participações Ltda. (i)	-	(3.503)	-	-	-	-	-
Agrindoor Agropecuária Ltda. (i)	4	-	-	-	-	-	-
	261	(65.309)	(1.133)	1.057	1.534	(34.178)	(1.019)

(ii) Contas de resultado

	Impacto no resultado								
	31/12/2020				31/12/2019				
	Vendas de mercadorias	Outros serviços	Compras de mercadorias	CPC 06 (R2) - Deprec. + juros	Vendas de mercadorias	Receitas financeiras	Outros serviços	Compras de mercadorias	CPC 06 (R2) - Deprec. + juros
CRAL Empreendimentos e Participações Ltda. (i)	-	66	-	7.645	-	-	146	-	7.059
Alex Alves dos Santos de Brito (iv)	13	2	-	11	15	-	6	-	10
Carlos Roberto Alves (i) (ii) (iv)	20	5	-	19	21	78	39	-	24
ARC Dia Comércio Varejista Ltda. (i) (ii) (iv)	-	-	-	-	67	-	-	-	-
Comércio Atacadista de Frutas e Legumes Global Ltda ME (ii)	73	-	2.545	-	163	-	-	2.017	-
Comercial Ki Frutas Ltda. (ii)	19	-	-	-	128	-	-	-	-
Raimundo Desiderio Alves Caetano (ii)	28	-	-	126	38	-	1	-	123
FCA Comércio de Alimentos Ltda. (i) (ii) (iv)	62	-	-	-	34	85	-	-	-
Jequitibá Comercial Agrícola Ltda. (ii)	450	4	-	78	623	-	200	37	82
Sevla Construtora e Incorporadora Ltda. (ii)	1	-	-	-	1	-	-	-	-
Mooca Administradora de Aluguéis Ltda. (iii)	-	656	-	6.240	-	-	526	-	4.403
Super Varejão Caraca Ltda. (i)	2.737	-	1	-	1.164	-	-	87	-
Agrindoor Agropecuária Ltda. (i)	36	-	29	-	-	-	-	-	-
CR Alves Participações Ltda. (i)	-	-	-	3.023	-	-	-	-	-
	3.439	733	2.575	17.142	2.254	163	918	2.141	11.701

c. Composição

- (i) Refere-se a saldo a pagar decorrente de contratos de aluguel (arrendamento mercantil) das lojas, cujo prazo de aluguel é de 5 a 10 anos, com pagamentos mensais;
- (ii) Refere-se a compra e venda de mercadorias, com prazo médio de pagamento e recebimento de 30 dias;
- (iii) Refere-se aos serviços prestados de engenharia para a construção das novas lojas e reformas nas lojas existentes;
- (iv) A transação com partes relacionadas refere-se a contratos de mútuos a receber remunerados a 100% do CDI, que foram quitados em março de 2020.

As operações com partes relacionadas, apresentadas nos quadros acima são resultados principalmente de transações que a Companhia tem junto aos seus principais acionistas e suas controladoras mantém entre si e com outras entidades relacionadas, e foram registradas nos termos e condições citados acima acordado entre as partes.

d. Honorários dos profissionais chaves da Administração

O Grupo considera como “profissionais chaves da administração”, os integrantes da sua diretoria e conselho. A remuneração dos referidos profissionais, está composta por despesas que incluem salários, encargos sociais, pró-labore e bônus no montante de R\$ 10.643 (R\$ 8.174 em 2019) nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

e. Movimentação dos saldos de mútuos

(i) Mútuos a receber

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Saldo inicial em 1º de janeiro	1.534	4.344	1.534	23.427
Concessão de empréstimos	1.984	1.531	1.984	4.654
Provisão de IOF	22	17	22	95
Juros incorridos - receitas financeiras	-	(305)	-	(305)
Recebimento do principal e IOF	(2.009)	(3.937)	(1.969)	(3.937)
Mútuo compensados com dividendos (nota 23.f)	(1.531)	-	(1.531)	-
Pagamento do IOF	(40)	(116)	(40)	(116)
Baixa decorrente da cisão (2.a)	-	-	-	(22.284)
Saldo final em 31 de dezembro	-	1.534	-	1.534

(ii) Mútuos a pagar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Saldo inicial em 1º de janeiro	-	(6)	-	(2.006)
Pagamento de mútuo	-	6	-	2.006
Saldo final em 31 de dezembro	-	-	-	-

15 Investimentos

A movimentação dos investimentos em controladas, apresentados nas demonstrações financeiras da controladora, é como segue:

a. Provisão para passivo a descoberto em controlada

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Provisão para passivo a descoberto em controlada	751	177
	<u>751</u>	<u>177</u>

b. Movimentação apresentadas no exercício de 2020 e 2019:

	Oba Gourmet	Oba Hortifruti	CR Alves	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2019	-	25.704	128.460	154.164
Aumento de capital (i)	1	13.080	5.828	18.909
Resultado de equivalência patrimonial	(178)	3.864	(394)	3.292
Cisão parcial de ativos e passivos (ii) (2.a)	-	-	(133.894)	(133.894)
Incorporação de controlada (nota 2.b)	-	(42.648)	-	(42.648)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	<u>(177)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(177)</u>

Oba Gourmet

Saldo em 1º de janeiro de 2020	(177)
Resultado de equivalência patrimonial	<u>(574)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2020	<u>(751)</u>

- (i) O aumento de capital na controlada Oba Hortifruti Comércio e Importação de Frutas Ltda. foi realizado por meio de aporte de capital através de várias transferências bancárias no período de 01 de janeiro de 2019 a 05 de abril de 2019, e integralizado em seu capital social em 29 de maio de 2019, conforme vigésima sexta (26ª) alteração do contrato social. O aumento de capital na controlada CR Alves Participações S.A. foi realizado por meio de aporte de capital através de transferência bancária em 31 de maio de 2019, e integralizado em seu capital social, conforme décima primeira alteração do contrato social em 31 de maio de 2019.
- (ii) Conforme nota 2.a., houve cisão de ativos e passivos que compreendiam o investimento na CR Alves Participações S.A., portanto, a respectiva investida, deixou de ser controlada e os investimentos foram baixados contra o Capital Social (nota 23).

Informações financeiras resumidas das controlada

	<u>31/12/2020</u>							
	Participação acionária	Ativo Circulante	Ativo não Circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Patrimônio líquido	Prejuízo do exercício	Receitas líquida
Oba Gourmet Restaurants Ltda.	99,00%	206	424	1.033	356	(759)	(580)	949

31/12/2019

	Participação acionária	Ativo Circulante	Ativo não Circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Patrimônio líquido	Prejuízo do exercício	Receitas líquidas
Oba Gourmet Restaurantes Ltda.	99,00%	423	135	737	-	(179)	(180)	1.411

16 Imobilizado

a. Composição

Controladora

	Taxas anuais médias de depreciação (%)	Custo	Depreciação acumulada	Líquido 31/12/2020	Custo	Depreciação acumulada	Líquido 31/12/2019
Instalações comerciais	10	21.587	(13.333)	8.254	21.389	(12.412)	8.977
Máquinas, equipamentos e ferramentas	10	161.494	(23.070)	138.424	90.269	(14.009)	76.260
Veículos	20	21.402	(13.771)	7.631	19.755	(12.545)	7.210
Computadores e periféricos	20	8.220	(4.300)	3.920	6.678	(3.276)	3.402
Móveis e utensílios	10	24.059	(13.909)	10.150	22.872	(12.686)	10.186
Benfeitorias em propriedade de terceiros	10	153.212	(21.140)	132.072	101.972	(15.377)	86.595
Edificações	-	-	-	-	405	-	405
Adiantamento para fornecedores	-	4.319	-	4.319	7.962	-	7.962
		394.293	(89.523)	304.770	271.302	(70.305)	200.997

Consolidado

	Taxas anuais médias de depreciação (%)	Custo	Depreciação acumulada	Líquido 31/12/2020	Custo	Depreciação acumulada	Líquido 31/12/2019
Instalações comerciais	10	21.587	(13.333)	8.254	21.389	(12.412)	8.977
Máquinas, equipamentos e ferramentas	10	161.533	(23.070)	138.463	90.308	(14.009)	76.299
Veículos	20	21.402	(13.771)	7.631	19.755	(12.545)	7.210
Computadores e periféricos	20	8.220	(4.300)	3.920	6.678	(3.276)	3.402
Móveis e utensílios	10	24.059	(13.909)	10.150	22.872	(12.686)	10.186
Benfeitorias em propriedade de terceiros	10	153.212	(21.140)	132.072	101.972	(15.377)	86.595
Edificações	-	-	-	-	405	-	405
Adiantamento para fornecedores	-	4.319	-	4.319	7.962	-	7.962
		394.332	(89.523)	304.809	271.341	(70.305)	201.036

b. Movimentação

Controladora

	Saldo inicial 01/01/2019	Adições	Depreciação	Baixas	Ativos incorporados (nota 2.b)	Saldo final 31/12/2019
Instalações comerciais	5.675	-	(783)	-	4.085	8.977
Máquinas, equipamentos e ferramentas	28.331	43.299	(3.326)	-	7.956	76.260
Veículos	5.575	858	(639)	(523)	1.939	7.210
Computadores e periféricos	1.166	2.656	(485)	-	65	3.402
Móveis e utensílios	5.351	773	(787)	-	4.849	10.186
Benfeitorias em propriedade de terceiros	45.898	26.361	(2.653)	-	16.989	86.595
Edificações	-	-	-	-	405	405
Adiantamento para fornecedores - imobilizado	3.952	4.010	-	-	-	7.962
	95.948	77.957	(8.673)	(523)	36.288	200.997

	Saldo inicial 31/12/2019	Adições	Depreciação	Baixas	Transferências	Saldo Final 31/12/2020
Instalações comerciais	8.977	198	(903)	-	(18)	8.254
Máquinas, equipamentos e ferramentas	76.260	70.372	(8.336)	(100)	228	138.424
Veículos	7.210	2.220	(1.538)	(7)	(254)	7.631
Computadores e periféricos	3.402	1.606	(1.026)	(17)	(45)	3.920
Móveis e utensílios	10.186	1.296	(1.231)	(95)	(6)	10.150
Benfeitorias em propriedade de terceiros	86.595	51.237	(5.765)	-	5	132.072
Edificações	405	-	-	-	(405)	-
Adiantamento para fornecedores	7.962	-	-	(4.138)	495	4.319
	200.997	126.929	(18.799)	(4.357)	-	304.770

Consolidado

	Saldo inicial 01/01/2019	Adições	Depreciação	Baixas	Cisão (nota 2.a)	Saldo Final 31.12.2019
Terrenos	75.114	15.258	-	-	(90.372)	-
Instalações comerciais	9.919	-	(942)	-	-	8.977
Máquinas, equipamentos e ferramentas	35.756	44.392	(3.776)	(73)	-	76.299
Veículos	7.813	995	(1.458)	(140)	-	7.210
Computadores e periféricos	1.277	2.616	(491)	-	-	3.402
Móveis e utensílios	10.046	1.258	(1.118)	-	-	10.186
Benfeitorias em propriedade de terceiros	61.075	30.438	(3.939)	(979)	-	86.595
Edificações	405	-	-	-	-	405
Adiantamento para fornecedores - imobilizado	3.952	4.010	-	-	-	7.962
	205.357	98.967	(11.724)	(1.192)	(90.372)	201.036

	Saldo inicial 31/12/2019	Adições	Depreciação	Baixas	Transferências	Saldo Final 31/12/2020
Instalações comerciais	8.977	198	(903)	-	(18)	8.254
Máquinas, equipamentos e ferramentas	76.299	70.372	(8.336)	(100)	228	138.463
Veículos	7.210	2.220	(1.538)	(7)	(254)	7.631
Computadores e periféricos	3.402	1.606	(1.026)	(17)	(45)	3.920
Móveis e utensílios	10.186	1.296	(1.231)	(95)	(6)	10.150
Benfeitorias em propriedade de terceiros	86.595	51.237	(5.765)	-	5	132.072
Edificações	405	-	-	-	(405)	-
Adiantamento para fornecedores	7.962	-	-	(4.138)	495	4.319
	201.036	126.929	(18.799)	(4.357)	-	304.809

c. Garantias

O Grupo não possui bens dados em garantias em 31 de dezembro de 2020 e 2019.

d. Teste por redução ao valor recuperável (*impairment*)

O Grupo não identificou indicativos, internos ou externos, que possam gerar dúvida de que os ativos imobilizados possam estar registrados por valor acima ao de sua recuperação, portanto, não procedeu aos testes de redução ao valor recuperável dos ativos.

17 Arrendamento mercantil

O Grupo registra os arrendamentos como ativo de direito de uso (ativo imobilizado) e o passivo de arrendamento no seu balanço patrimonial. O Grupo arrenda imóveis para instalações de lojas. Esses arrendamentos possui cláusula de opção de renovação do após período de vigência. O Grupo avalia na data do início do arrendamento se é razoavelmente certo o exercício das opções de extensão. O Grupo reavalia se é razoavelmente certo o exercício das opções se houver um evento significativo ou mudanças significativas nas circunstâncias que estejam sob seu controle.

a. Ativo de direito de uso (imóveis)

	Controladora	Consolidado
Adoção inicial em 1º de janeiro de 2019	179.973	230.875
Novos contratos	38.634	39.974
Depreciação do exercício (nota 25)	(40.514)	(48.232)
Direito de uso - incorporação (nota 2.b)	44.524	-
Saldo em 31 de dezembro de 2019	222.617	222.617
Novos contratos	114.204	114.204
Depreciação do exercício (nota 25)	(60.593)	(60.593)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	276.228	276.228

b. Passivo de arrendamento

	Controladora	Consolidado
Saldo em 1º de janeiro de 2019	(179.973)	(230.875)
Novos contratos	(38.634)	(39.974)
Juros apropriados (nota 26)	(16.183)	(19.149)
Pagamentos do principal	30.900	36.373
Pagamentos dos juros	16.183	19.149
Passivo de arrendamento - incorporação (nota 2.b)	(46.769)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(234.476)	(234.476)
Novos contratos	(114.204)	(114.204)
Juros apropriados (nota 26)	(21.804)	(21.804)
Pagamentos do principal	50.687	50.687
Pagamentos dos juros	21.804	21.804
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(297.993)	(297.993)
Circulante	71.638	71.638
Não circulante	226.355	226.355

A seguir apresentamos os montantes a pagar de arrendamento de longo prazo por ano de vencimento (*aging list*) em 31 de dezembro de 2020:

	<u>31/12/2020</u>
Ano	
2022	48.151
2023	40.928
Acima de 2024	137.276
	<u>226.355</u>

O Grupo utilizou a taxa de média de desconto aplicada de 7,81% a.a., para os contratos firmados de arrendamento mercantil até 31 de dezembro de 2019, e 6,23% a.a. para os contratos firmados de arrendamento após 1º de janeiro de 2020, obtidas utilizando como critério a taxa incremental de captação para um novo financiamento com prazo similares.

Resumo do passivo de arrendamento por contraparte:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	2.020	2.019	2.020	2.019
Partes relacionadas (nota 14)	(65.309)	(34.178)	(65.309)	(34.178)
Outros (a)	(232.684)	(200.298)	(232.684)	(200.298)
	<u>(297.993)</u>	<u>(234.476)</u>	<u>(297.993)</u>	<u>(234.476)</u>

- (c) Os montantes compostos por “outros” referem-se substancialmente a pessoas físicas ou jurídicas, considerando imobiliários ou empresas que possuem propriedades para investimentos. O Grupo não possui arrendamentos com instituições financeiras.

18 Fornecedores

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Fornecedores de mercadorias	120.527	87.679	120.593	87.658
Fornecedores de mercadorias com partes relacionadas (nota 14)	1.133	1.019	1.133	1.019
Fornecedores de imobilizado	9.371	8.877	9.377	8.912
	<u>131.031</u>	<u>97.575</u>	<u>131.103</u>	<u>97.589</u>

19 Empréstimos, financiamentos e debêntures

	Moeda	Encargos financeiros anuais	Vencimento	Controladora		Consolidado	
				31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Linha de crédito em moeda estrangeira (4.1.3.1) (c)	R\$	117,5 do CDI a CDI + 2,4%	fev/2022 a mai/2022	111.764	47.681	111.764	47.681
Consórcio de veículos	R\$	11,5% a 12,0%	-	-	389	-	389
Financiamento para garantias de preços ao produtor (FGPP)	R\$	9,00%	-	-	786	-	786
Financiamento de máquinas e equipamentos	R\$	4,50% a 13,05%	-	-	-	-	-
Cédula de Crédito Bancário (Linha de Giro) - (d)	R\$	CDI + 2,30% a CDI + 3,17%	abr/2022 a dez/2023	125.315	1.323	125.315	1.323
Debêntures (b)	R\$	CDI + 1,00% a CDI + 2,00%	set/2022 a dez/2023	109.357	126.198	109.357	126.198
Custos de transação (e)	R\$	-		(1.306)	(1.464)	(1.306)	(1.464)
				345.130	174.913	345.130	174.913
Passivo circulante				45.070	66.415	45.070	66.415
Passivo não circulante				300.060	108.498	300.060	108.498

A seguir apresentamos os montantes a pagar de empréstimos, financiamentos e debêntures de longo prazo por ano de vencimento (aging list) em 31 de dezembro de 2020:

	<u>31/12/2020</u>
Ano	
2022	194.167
2023	106.667
	300.834
Custo de transação	(774)
	300.060

a. Movimentação

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Saldo inicial	174.913	134.332	174.913	146.570
Captação	250.000	126.043	250.000	126.043
Juros provisionados (Nota 26)	8.010	6.689	8.010	6.801
Variação Cambial	361	350	361	477
Juros pagos	(7.553)	(6.550)	(7.553)	(6.909)
Amortização do principal	(80.759)	(85.220)	(80.759)	(97.303)
Custo de transação	(75)	(1.697)	(75)	(1.697)
Amortização do custo de transação	233	931	233	931
Incorporação	-	35	-	-
Saldo final	345.130	174.913	345.130	174.913

b. Debêntures

1ª emissão de Debêntures Simples

Em 05 de setembro de 2018, em Reunião do Conselho da Administração do Grupo Fartura de Hortifrut S.A. aprovou o Instrumento Particular da 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em série única, para distribuição de oferta pública, com esforços restritos de distribuição, conforme Instrução CVM 476, de 2009. Foram distribuídas 50.000 (cinquenta mil) debêntures, com valor nominal unitário de R\$ 1 (“Valor Nominal Unitário”), perfazendo o montante total de R\$ 50.000, na Data de Emissão (“Valor Total da Emissão”).

As debêntures terão prazo de vigência de 4 (quatro) anos contados da data de emissão, em 10 de setembro de 2018, com vencimento previsto para 10 de setembro de 2022, ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado das Debêntures, de Resgate Antecipado total das Debêntures a seu único critério, ou parcial mediante oferta de resgate. Serão amortizadas trimestralmente sendo que o primeiro pagamento ocorreu em 10 de dezembro de 2019.

Sobre o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso, incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias da DI, calculadas e divulgadas pelo B3 S.A, acrescidas exponencialmente de 2% (dois por cento) ao ano e, em conjunto com a taxa da DI.

2ª emissão de Debêntures simples

Em 26 de novembro de 2019, através das deliberações da Reunião do Conselho da Administração do Grupo Fartura de Hortifrut S.A. aprovou o Instrumento Particular da 2ª (segunda) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em série única, para distribuição de oferta pública, com esforços restritos de distribuição, conforme Instrução CVM 476, de 2009. Foram distribuídas 80.000 (oitenta mil) debêntures, com valor nominal unitário de R\$ 1 (“Valor Nominal Unitário”), perfazendo o montante total de R\$ 80.000, na Data de Emissão (“Valor Total da Emissão”).

As debêntures terão prazo de vigência de 4 (quatro) anos contados da data de emissão, em 10 de dezembro de 2019, com vencimento previsto para 10 de dezembro de 2023, ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado das Debêntures, de Resgate Antecipado total das

Debêntures a seu único critério, ou parcial mediante oferta de resgate. Serão amortizadas trimestralmente sendo que o primeiro pagamento ocorrerá em 10 de março de 2021.

Sobre o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso, incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias da DI, calculadas e divulgadas pelo B3 S.A, acrescidas exponencialmente de 1,0000% (um por cento) ao ano e, em conjunto com a taxa da DI.

c. Linha de crédito em moeda estrangeira (4.1.3.1)

Banco Santander

Em 07 de fevereiro de 2020, em Reunião do Conselho da Administração aprovou a captação no valor de R\$ 60.000 junto ao Banco Santander.

O empréstimo terá o prazo de vigência de 2 (dois) anos contados da data de emissão, em 10 de fevereiro de 2020, com vencimento previsto para 07 de fevereiro de 2022. Será o principal amortizado em uma única parcela em 07 de fevereiro de 2022 e os juros pagos semestralmente a partir de 11 de agosto de 2020.

Sobre o valor incidirão juros remuneratórios pela taxa CDI + 1,40% ao ano.

Banco Itaú

Em 26 de novembro de 2020, em Reunião do Conselho da Administração aprovou a captação no valor de R\$ 50.000 junto ao Banco Itaú.

O empréstimo terá o prazo de vigência de 2 (dois) anos contados da data de emissão, em 04 de dezembro de 2020, com vencimento previsto para 31 de maio de 2022. Será o principal amortizado em uma única parcela no vencimento e os juros pagos trimestralmente a partir de 08 de março de 2021.

O montante contratado em moeda estrangeira corresponde a EUR 7.963.

Sobre o valor incidirão juros remuneratórios pela taxa CDI + 2,43% ao ano.

d. Cédula de crédito bancário

1ª captação Banco do Brasil

Em 18 de março de 2020, em Reunião do Conselho da Administração aprovou a captação no valor de R\$ 25.000 junto ao Banco do Brasil.

O empréstimo terá o prazo de vigência de 2 (dois) anos contados da data de emissão, em 06 de abril de 2020, com vencimento previsto para 06 de abril de 2022. Será amortizada em prestação única no seu vencimento os juros mensais a partir de 06 de maio de 2020.

Sobre o valor incidirão juros remuneratórios pela taxa média do CDI acrescida de sobretaxa efetiva de 2,3 (dois inteiros e três decimos) pontos percentuais ao ano.

2ª captação Banco do Brasil

Em 22 de dezembro de 2020, em Reunião do Conselho da Administração aprovou a captação no valor de R\$ 100.000 junto ao Banco do Brasil.

O empréstimo terá o prazo de vigência de 3 (três) anos contados da data de emissão, em 28 de dezembro de 2020, com vencimento previsto para 28 de dezembro de 2023. Serão amortizadas anualmente em 5 (cinco) parcelas, sendo que primeiro pagamento ocorrerá em 28 de dezembro de 2022 e os juros trimestralmente a partir de 28 de março de 2021.

Sobre o valor incidirão juros remuneratórios pela taxa média do CDI acrescida de sobretaxa efetiva de 2,28 (dois inteiros e vinte e oito décimos) pontos percentuais ao ano.

e. Custos de captação

Os custos incorridos na captação estão sendo apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado. A movimentação desses gastos é a seguinte:

	31/12/2020	31/12/2019
Saldo no início do exercício	1.464	698
Custos incorridos	75	1.697
(-) Amortizações	(233)	(931)
Saldo no final do exercício	1.306	1.464
Passivo circulante	532	233
Passivo não circulante	774	1.231

f. Garantias

Debêntures

De acordo com o contrato de debêntures, alguns recebíveis de operadoras de cartão de crédito estão dados em garantia fiduciária aos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário. Esses recebíveis devem ser depositados em conta vinculada às operações, que não possui restrições.

Cédula de crédito bancário.

A Companhia possui uma aplicação financeira no montante de R\$ 5.000 dado em garantia conforme mencionado na nota explicativa 9 (i).

g. Principais compromissos assumidos

Debêntures

Cláusulas contratuais restritivas estão previstas nos contratos. O Grupo monitora de forma constante o adequado cumprimento As cláusulas, de forma a evitar qualquer vencimento antecipado das obrigações previstas nas cédulas de empréstimos bancários.

As cláusulas financeiras restritivas consistem em: i) não cumprimento de qualquer decisão ou sentença judicial exequível ou decisão arbitral e/ou administrativa definitiva, todas de natureza condenatória; ii) inadimplimento de qualquer obrigação pecuniária no mercado financeiro ou de capitais, local ou internacional, de valor superior a R\$ 5.000; iii) não manutenção do índice

obtido da divisão da Dívida Líquida pelo EBITDA igual ou inferior a 2,5, apurado anualmente. Caso Companhia não seja capaz de atender referidos Covenants, as dívidas poderão vencer antecipadamente e a Companhia deverá antecipar o valor principal acrescido de juros.

O vencimento antecipado cruzado ou inadimplemento cruzado (cross-default e cross-acceleration) de outras obrigações da Companhia poderão ser desencadeados, conforme cláusulas presentes em contratos de empréstimos e financiamentos existentes.

Cédula de crédito bancária

As cláusulas financeiras restritivas consistem em: i) manter até a data da liquidação final das obrigações a conta de depósito no Banco do Brasil; ii) manter volume diário de agenda de recebíveis realizadas por meio de cartões de crédito, suficientes para amparar 5,00% (cinco por cento) do saldo devedor da presente operação; iii) inadimplimento de qualquer obrigação principal ou acessória; iv) sofrer falência, liquidação judicial ou extra-judicial; v) sofrer protesto cambiário e; vi) sofrer ação judicial ou procedimento fiscal capaz de colar em risco as garantias constituídas

20 Obrigações sociais e trabalhistas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Salários e ordenados	6.992	6.628	7.029	6.654
Provisão para bônus	12.019	3.172	12.022	3.172
Outras obrigações	1.591	346	1.594	350
INSS a recolher	5.537	4.483	5.549	4.483
FGTS a recolher	1.551	1.227	1.550	1.227
Provisão para férias e encargos sociais	23.598	18.966	23.665	19.061
	51.288	34.822	51.409	34.947

A movimentação do saldo de provisão de bônus segue conforme demonstrado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Saldo inicial	3.172	1.661	3.172	1.661
Incorporação operação (Oba Hortifrut)	-	231	-	-
Provisão para bônus do exercício	27.266	8.400	27.269	10.127
Baixas por liquidação	(18.419)	(7.120)	(18.419)	(8.616)
Saldo final	12.019	3.172	12.022	3.172

21 Obrigações tributárias

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
ICMS - Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - a pagar	7.517	5.273	7.521	5.283
Contribuição para financiamento da seguridade social	712	359	719	376
Imposto sobre serviços	298	299	298	299
Programa de integração social	154	77	156	81
Imposto de renda retido na fonte	1.749	1.432	1.749	1.432
Outros tributos	339	206	337	205
	10.769	7.646	10.780	7.676

22 Provisão para processos judiciais

O Grupo é parte em processos tributários, trabalhistas, cíveis, entre outros, e está discutindo essas questões tanto nas esferas administrativa quanto judicial.

Para as ações classificadas como probabilidade de perda provável é constituída provisão para o valor estimado de perda, conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Provisão trabalhista (i)	18.985	1.966	18.985	1.966
Provisões cíveis	68	-	68	-
Provisões tributárias (ii)	-	9.481	-	9.481
Total provisões	19.053	11.447	19.053	11.447
Depósitos judiciais trabalhistas -correspondente a provisão (i)	(16.494)	-	(16.494)	-
Total depósitos judiciais	(16.494)	-	(16.494)	-
Total da provisão líquida	2.559	11.447	2.559	11.447
Passivo circulante	-	1.896	-	1.896
Passivo não circulante	2.559	9.551	2.559	9.551

- (i) Do montante total de R\$ 18.985, o montante de R\$ 17.482 conforme nota explicativa 25.1, refere-se a processos relativos a INSS terceiras entidades, em decorrência de decisões judiciais desfavoráveis em 2020, na qual a Administração junto aos seus assessores jurídicos avaliou que as chances de perda é provável no exercício. Desta forma, a provisão foi constituída. Consequentemente, a Companhia realizou depósito em juízo no montante de R\$ 16.494. Os saldos estão apresentados pelo valor líquido na provisão para processos judiciais.
- (ii) A provisão tributária decorre basicamente do processo administrativo nº 10830.725609/2013-07 no valor de R\$ 9.481, em virtude do auto de infração que exige PIS/COFINS, no qual, houve alegação por parte das autoridades fiscais quanto a inexistência de informações para o preenchimento de determinada obrigação acessória no ano de 2009. Em 31 de dezembro de 2019, a Administração junto aos seus assessores jurídicos avaliou que as chances de perda é provável, desta forma, a provisão foi constituída. Em 10 de março de 2020, a Companhia aderiu o parcelamento referente ao processo 10830-725609/2013-07 no montante de R\$ 9.481, sendo R\$ 1.691 referente a PIS e R\$ 7.790 referente a COFINS, com deferimento de 60 parcelas. O montante a ser liquidado nos próximos 12 meses serão de R\$ 1.896.

Movimentação da provisão para processos judiciais

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Saldo inicial provisões	11.447	1.037	11.447	1.037
Constituição da provisão para processos judiciais	19.336	11.554	19.336	11.741
Reversão da provisão para processos judiciais	(1.022)	(480)	(1.022)	(482)
Pagamentos realizados durante o exercício	(1.227)	(837)	(1.227)	(849)
Incorporação (nota 2.b)	-	173	-	-
Adesão ao parcelamento de PIS e COFINS (i)	(9.481)	-	(9.481)	-
Saldo final provisões	19.053	11.447	19.053	11.447
Pagamento depósito judicial (ii)	(16.494)	-	(16.494)	-
Saldo final líquido – provisão para processos judiciais	2.559	11.447	2.559	11.447

(i) Em 10 de março de 2020, a Companhia aderiu o parcelamento referente ao processo 10830-725609/2013-07, com deferimento de 60 parcelas. Em consequência, o saldo foi reclassificado de provisão para passivo.

Processos com perdas possíveis

O Grupo possui ações de natureza cíveis, trabalhistas, entre outras, envolvendo risco de perda classificado como possível pela Administração e por seus consultores jurídicos externos, portanto, nenhuma provisão foi constituída, demonstramos abaixo os valores envolvidos:

	2020	2019
Cíveis	215	63
Trabalhistas (i)	8.265	2.936
Saldo final	8.480	2.999

(i) A Companhia detém o valor de R\$8.265 de processos trabalhistas como perda possível, tendo como principal impacto no exercício de 2020 o processo judicial 1012599-07.2019.4.01.340 em decorrência da concessão a liminar que suspendeu a exigibilidade da contribuição previdenciária patronal da contribuição ao SAT/RAT, ajustada pelo FAP e das contribuições destinadas a Terceiras Entidades sobre o valor integral dos benefícios pagos pela Impetrante à seus empregados à título de auxílio-alimentação in natura, vale transporte, auxílio-saúde e odontológico.

23 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o capital social da Companhia é de R\$ 91.438, dividido em 2.781.220 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas, conforme demonstrado abaixo:

	<u>2020</u>		<u>2019</u>	
	Participação	Valor	Participação	Valor
Carlos Roberto Alves	54,88%	50.181	54,88%	50.181
Oba Growth Participações S.A.	-	-	30,00%	27.431
Crescera Oba Growth CO - Investment I - Fundo de Investimento em Participações Multiestrategia	30,00%	27.431	-	-
Raimundo Desiderio Alves Caetano	10,50%	9.601	10,50%	9.601
Luiz Las-Casas Alves	3,22%	2.944	3,22%	2.944
Alex Alves dos Santos Brito	1,40%	1.281	1,40%	1.281
	100%	91.438	100%	91.438

Em 31 de maio de 2019 houve a integralização de capital de R\$ 35.000, sendo que, R\$ 17.500 foram destinados ao capital social e R\$ 17.500 à reserva de capital.

Em 31 de agosto de 2019, a Companhia aumentou o capital social no valor de R\$ 97.968 totalmente subscrito e integralizado, mediante a capitalização da reserva de capital no valor total de R\$ 96.592 e da capitalização da reserva legal no valor total de R\$ 1.376. Nesta mesma data, a Companhia reduziu o Capital Social no valor de R\$ 133.894, conforme nota 2.a, em decorrência da cisão parcial dos ativos e passivos que representavam o investimento na CR Alves Participações Ltda. (“CR Alves”).

Em 31 de janeiro de 2020 com a realização da incorporação reversa, a participação acionária da Oba Growth Participações S.A. foi transferida para a Crescera Oba Growth CO - Investment I - Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia mantendo o mesmo percentual de participação, correspondente a 30,00%.

b. Reserva de capital

Em 31 de dezembro de 2020, o valor total de reserva de capital da Companhia é de R\$ 20.000. Conforme boletim de subscrição, de 30 de novembro de 2017, houve a constituição no valor total de R\$ 37.500 em espécie. Em 31 de agosto de 2019, ocorreu a baixa para aumento do capital social no valor de R\$ 96.592.

Sujeito às limitações previstas no Artigo 199 da Lei das Sociedades por Ações, o saldo remanescente do lucro líquido após as deduções legais aplicáveis poderá ser alocado a constituição de reserva de capital com a finalidade de expansão das atividades da Companhia, se aprovado em assembleia geral de acionistas.

c. Reserva de lucros

Reserva legal

Constituída à razão de 5% sobre o lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/1976, até o limite de 20% do capital social ou quando o saldo dessa reserva, somado ao montante das reservas de capital, atingir 30% do capital social. A reserva legal somente pode ser utilizada para aumento do capital social ou para absorção de prejuízos.

Reserva de retenção de lucros

É destinada à aplicação em investimentos com aquisições e de capital de giro. Conforme o art. 199 da Lei 6.404/76, o saldo das reservas de lucros, exceto as para de incentivos fiscais, não poderá ultrapassar o capital social. Atingindo esse limite, a assembléia deliberará sobre aplicação do excesso na integralização ou no aumento do capital social ou na distribuição de dividendos.

d. Reserva de benefício fiscal

A reserva de benefício fiscal constituída em janeiro de 2020, deve-se a incorporação reversa da Oba Growth, após a qual o benefício fiscal relativo ao ágio apurado na aquisição do Grupo Fartura, realizada em 2017, foi registrado em contrapartida ao ativo diferido na reserva de benefício fiscal no patrimônio líquido, conforme nota 2.d.

No seu reconhecimento inicial em 2020, as principais condições previstas na Lei nº 12.973/14 para aproveitamento fiscal do ágio tinham sido cumpridas.

e. Dividendos e juros sobre capital próprio

Conforme disposição estatutária, a Companhia distribuirá anualmente, desde que haja lucros suficientes para tal, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido apurado em cada ano, ajustado na forma do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.

	31/12/2020	31/12/2019
Lucro do exercício	43.929	21.676
(-) Reserva legal (5%)	2.196	1.084
Base de cálculo dividendos	41.733	20.592
Dividendos mínimos obrigatórios - 25% (ações ordinárias)	10.433	5.148
Dividendos distribuídos no exercício (i) (ii)	10.433	614
Juros sobre capital próprio distribuídos no exercício (i)	-	6.337

- (i) Em 2019, foi aprovado em Assembléia Geral Extraordinária (AGE) o pagamento de dividendos no montante de R\$ 614 e JSCP no valor de R\$ 6.337 referente ao lucro do exercício de 2019.
- (ii) Em 2020, foi aprovado em Assembléia Geral Extraordinária (AGE) o pagamento de dividendos no montante de R\$ 25.979, sendo R\$15.546 referente a distribuição de lucros acumulados dos exercícios 2018 e 2019, e R\$10.433 referente a distribuição de dividendos mínimo do exercício de 2020.

f. Movimentação dos dividendos a pagar

Saldo em 1º de janeiro de 2019	3.000
Dividendos e JSCP distribuídos no exercício	6.951
Dividendos e JSCP pagos	(9.951)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	-
Dividendos distribuídos no exercício	25.979
Dividendos pagos	(14.015)
Dividendos compensados com mútuo a receber (nota 14.e)	(1.531)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	10.433

24 Receita de vendas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Vendas de mercadorias	1.935.071	1.251.297	1.935.689	1.436.479
Vendas de serviços e demais receitas	755	800	755	800
Receita bruta total	1.935.826	1.252.097	1.936.444	1.437.279
Tributos federais, estaduais e municipais	(156.566)	(88.976)	(156.739)	(106.498)
Receita operacional líquida	1.779.260	1.163.121	1.779.705	1.330.781

O Grupo também acompanha suas vendas com base nos seguintes canais de venda:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Física	1.827.653	1.243.786	1.828.271	1.428.968
Digital	108.173	8.311	108.173	8.311
Receita bruta total	1.935.826	1.252.097	1.936.444	1.437.279

25 Despesas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Compras de mercadorias	1.025.979	677.185	1.026.157	764.918
Pessoal	345.206	232.459	345.978	269.264
Propaganda e publicidade	16.811	10.331	16.811	13.499
Bonificações	(2.755)	(2.784)	(2.756)	(4.096)
Alugueis de bens com menor valor	3.569	1.765	3.569	2.136
Ocupação	15.939	15.714	16.097	17.216
Transportes e fretes	25.555	17.311	25.555	21.027
Utilidades e serviços	31.684	23.745	31.755	28.451
Material de uso e consumo	46.638	16.041	46.684	21.812
Taxa de administração de cartão	19.215	3.437	19.231	4.591
Serviços prestados	21.893	18.007	21.903	23.259
Manutenção e reparos	14.441	8.487	14.458	9.910
Despesas gerais	22.331	16.162	22.336	17.268
Tarifas e tributos	2.842	2.283	2.863	2.922
Resultado com a alienação de ativo fixo	294	(3.114)	294	(4.451)
Depreciação e amortização	18.908	10.078	18.908	11.955
Depreciação arrendamento mercantil (nota 17.a)	60.593	40.514	60.593	48.232
Perda por redução ao valor recuperável do contas a receber (nota 11)	55	447	55	455
Créditos extemporâneos (nota 13)	-	18.311	-	18.311
Outros receitas e despesas	7.360	(1.916)	7.357	(2.933)
	1.676.558	1.104.463	1.677.848	1.263.746
Custos das vendas	1.062.394	695.641	1.062.572	784.296
Despesas com vendas e distribuição	496.277	339.177	496.293	400.504
Despesas gerais e administrativas	74.674	49.456	75.773	59.204
Perda por redução ao valor recuperável do contas a receber	55	447	55	455
Outras receitas (despesas), líquidas (nota 25.1)	43.158	19.742	43.155	19.287
	1.676.558	1.104.463	1.677.848	1.263.746

25.1 - Outras receitas (despesas) líquidas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Pré operacional (a)	20.772	14.968	20.772	15.710
Processo e multa tributária	3	2.223	3	2.223
Despesas com reestruturação (b)	219	6.016	219	7.070
Outras	4.682	(351)	4.679	(1.248)
Processo INSS (c)	17.482	-	17.482	-
Receita na alienação de bens permanentes	-	(3.114)	-	(4.468)
	43.158	19.742	43.155	19.287
Outras receitas	(78)	(3.465)	(78)	(5.716)
Outras despesas	43.236	23.207	43.233	25.003
	43.158	19.742	43.155	19.287

- (a) Nessa linha se contabiliza as despesas que ocorrem antes da abertura das novas lojas (pré-operação), tendo como principais gastos como as taxas de abertura, contratação de pessoal e comunicação visual das lojas entre outras despesas necessárias.
- (b) Nessa linha estão registrados basicamente os gastos com reestruturação organizacional do Grupo, como consultorias, readequações logísticas, rescisão de pessoal, se tratam de medidas para adequar a estrutura de despesa do Grupo, abrangendo todas as áreas operacionais e administrativas.
- (c) Refere-se a processos relativos a INSS terceiras entidades, em decorrência de decisões judiciais desfavoráveis em 2020, na qual a Administração junto aos seus assessores jurídicos avaliou que as chances de perda é provável no exercício. Desta forma, a provisão foi constituída. Consequentemente, a Companhia realizou depósito em juízo no montante de R\$ 16.494 conforme nota 22.

26 Resultado financeiro líquido

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Receitas financeiras				
Rendimentos de aplicações financeiras	969	450	969	1.764
Juros ativos	826	366	826	394
Variações cambiais ativa	1.376	1.219	1.376	1.546
Rendas em operações com derivativos (nota 29.c)	3.764	1.065	3.764	1.065
	6.935	3.100	6.935	4.769
Despesas financeiras				
Outras despesas financeiras	(1.722)	(1.234)	(1.726)	(1.403)
Descontos financeiros	(1.175)	(1.042)	(1.175)	(1.109)
Despesas bancárias	(208)	(180)	(211)	(284)
Juros passivos e multas de mora	(842)	(5.263)	(843)	(5.545)
Juros sobre empréstimos e debêntures (nota 19)	(8.010)	(6.689)	(8.010)	(6.801)
Variações cambiais passiva	(7.819)	(2.670)	(7.819)	(2.670)
Despesas com derivativos	-	(2.218)	-	(2.564)
Juros sobre arrendamento (nota 17.b)	(21.804)	(16.183)	(21.804)	(19.149)
	(41.580)	(35.479)	(41.588)	(39.525)
Resultado financeiro líquido	(34.645)	(32.379)	(34.653)	(34.756)

27 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

a. Valores reconhecidos no resultado do exercício

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Despesa de imposto de renda e contribuição social corrente	(26.692)	(10.293)	(26.703)	(13.559)
Despesa de imposto de renda e contribuição social diferido:				
Provisão para perdas de crédito esperadas	19	152	19	155
Provisão para perdas de estoques	25	(46)	25	(46)
Derivativos e variação cambial	(130)	106	(130)	106
Provisão para bônus	3.008	514	3.008	592
Outras diferenças temporárias	(315)	(464)	(315)	(381)
Provisão para processos judiciais	3.343	2.783	3.343	2.783
Diferença entre depreciação fiscal e contábil	(6.180)	(3.916)	(6.180)	(4.363)
Arrendamento CPC 06(R2)/IFRS 16	3.368	3.269	3.368	4.032
Prejuízo fiscal a compensar	-	-	290	95
	3.138	2.398	3.428	2.973
Total da despesa de impostos (nota 27.b)	(23.554)	(7.895)	(23.275)	(10.586)

b. Conciliação da alíquota de imposto efetiva

	Controladora				Consolidado			
	31.12.2020		31.12.2019		31.12.2020		31.12.2019	
	%		%		%		%	
Resultado de operações continuadas antes dos impostos	-	67.483	-	29.571	-	67.204	-	32.279
	-		-					
Imposto utilizando a alíquota de imposto da controladora	(34,00)	(22.944)	(34,00)	(10.054)	(34,00)	(22.849)	(34,00)	(10.969)
Pagamento de jusros sobre capital próprio	-	-	7,29	2.155	-	-	6,68	2.155
Multas não dedutíveis	(2,49)	(1.676)	(1,9)	(567)	(2,50)	(1.677)	(1,30)	(418)
Outros	1,12	757	(2,56)	(757)	1,13	757	(2,35)	(757)
Resultado da equivalência patrimonial	(0,29)	(195)	3,78	1.119				
Incentivos fiscais (PAT + Redução Adicional)	0,75	504	0,71	209	0,75	504	0,86	276
	(34,90)	(23.554)	(26,70)	(7.895)	(34,62)	(23.265)	(30,11)	(9.713)
Lucro Presumido	-	-	-	-	(0,01)	(10)	(2,71)	(873)
Total do imposto corrente e diferido	(34,90)	(23.554)	(26,70)	(7.895)	(34,63)	(23.275)	(32,81)	(10.586)

c. Movimentação dos saldos de ativos e passivos fiscais diferidos

Controladora

	Saldo líquido em 1º de janeiro de 2020	Reconhecido no exercício	Saldo em 31 de Dezembro de 2020		
			Valor líquido	Ativo fiscal diferido	Passivo fiscal diferido
Provisão para perdas de crédito esperadas	262	19	281	281	-
Provisão para perdas de estoques	41	25	66	66	-
Derivativos e variação cambial	237	(130)	107	107	-
Provisão para bônus	1.342	3.008	4.350	4.350	-
Outras diferenças temporárias	592	(315)	277	277	-
Provisão para processos judiciais	3.136	3.343	6.479	6.479	-
Diferença entre depreciação fiscal e contábil	(7.184)	(6.180)	(13.364)		(13.364)
Arrendamento (CPC 06-R2 / IFRS 16)	4.032	3.368	7.400	7.400	-
Prejuízo fiscal a compensar	-	-	-	-	-
Ágio na incorporação	-	49.089	49.089	49.089	-
Total Imposto líquido (passivo) ativo	2.458	52.227	54.685	68.049	(13.364)
Total reconhecido no resultado (nota 27.a)	-	3.138			
Total reconhecido no patrimônio líquido (nota 23.d) (i)	-	49.089			

Grupo Fartura de Hortifrut S.A
*Demonstrações financeiras
individuais e consolidadas
em 31 de dezembro de 2020*

	Saldo em 31 de dezembro de 2019					
	Saldo líquido em 1º de janeiro de 2019	Reconhecido no resultado (nota 27.a)	Incorporado (nota 2.a)	Valor líquido	Ativo fiscal diferido	Passivo fiscal diferido
Provisão para perdas de crédito esperadas	103	152	7	262	262	-
Provisão para perdas de estoques	87	(46)	-	41	41	-
Derivativos e variação cambial	51	106	80	237	237	-
Provisão para bônus	565	514	263	1.342	1.342	-
Outras diferenças temporárias	203	(464)	853	592	1.396	(804)
Provisão para processos judiciais	353	2.783	-	3.136	3.136	-
Diferença entre depreciação fiscal e contábil	(2.161)	(3.916)	(1.107)	(7.184)	-	(7.184)
Arrendamento (CPC 06-R2 / IFRS 16)	-	3.269	763	4.032	4.032	-
Total Imposto líquido (passivo) ativo	(799)	2.398	859	2.458	10.446	(7.988)

Consolidado

	Saldo em 31 de Dezembro de 2020					
	Saldo líquido em 1º de janeiro de 2020	Reconhecido no exercício	Incorporado	Valor líquido	Ativo fiscal diferido	Passivo fiscal diferido
Provisão para perdas de crédito esperadas	262	19		281	281	-
Provisão para perdas de estoques	41	25		66	66	-
Derivativos e variação cambial	237	(130)		107	107	-
Provisão para bônus	1.341	3.008		4.349	4.349	-
Outras diferenças temporárias	592	(315)		277	277	-
Provisão para processos judiciais	3.136	3.343		6.479	6.479	-
Diferença entre depreciação fiscal e contábil	(7.182)	(6.180)		(13.362)	0	(13.362)
Arrendamento (CPC 06-R2 / IFRS 16)	4.032	3.368		7.400	7.400	-
Prejuízo fiscal a compensar	95	290		385	385	-
Ágio na incorporação (a)	-	49.089		49.089	49.089	-
Total Imposto líquido (passivo) ativo	2.554	52.517		55.071	68.433	(13.362)
Total reconhecido no resultado do exercício (nota 27.a)		3.428				
Total reconhecido no patrimônio líquido (nota 23.d) (i)	-	49.089				

Grupo Fartura de Hortifrut S.A
*Demonstrações financeiras
individuais e consolidadas
em 31 de dezembro de 2020*

Saldo em 31 de dezembro de 2019

	Saldo líquido em 1º de janeiro de 2019	Reconhecido no resultado (nota 27.a)	Valor líquido	Ativo fiscal diferido	Passivo fiscal diferido
Provisão para perdas de crédito esperadas	107	155	262	262	-
Provisão para perdas de estoques	87	(46)	41	41	-
Derivativos e variação cambial	131	106	237	237	-
Provisão para bônus	749	592	1.341	1.341	-
Outras diferenças temporárias	973	(381)	592	1.396	(804)
Provisão para processos judiciais	353	2.783	3.136	3.136	-
Diferença entre depreciação fiscal e contábil	(2.819)	(4.363)	(7.182)	-	(7.182)
Arrendamento (CPC 06-R2 / IFRS 16)	-	4.032	4.032	4.032	-
Prejuízo fiscal a compensar	-	95	95	95	-
Total Imposto líquido (passivo) ativo	(419)	2.973	2.554	10.540	(7.986)

- (i) A expectativa da Administração quanto à realização total dos créditos fiscais referente ao benefício do ágio (fundamentado em perspectiva de resultados futuros) reconhecido em função da incorporação reversa, a ser amortizado para fins tributários, está prevista para ocorrer da seguinte forma:

Ano	Compensação
	Benefício Fiscal (Ágio)
2021	4.909
2022	4.909
2023	4.909
2024 até Jan/2025	34.363
	49.090

28 Lucro líquido por ação

O lucro básico por lote de mil ações é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Sociedade, pela quantidade média ponderada de ações emitidas durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Lucro do período	43.929	21.676	43.929	21.693
Quantidade média ponderada de ações (milhares)	2.781	2.781	2.781	2.781
Lucro básico por lote de mil ações	1.579,61	779,43	1.579,61	780,04

Não há diferença entre lucro básico diluído por ação, pois não houve durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, instrumentos patrimoniais com efeitos dilutivos.

29 Instrumentos financeiros

a. Instrumentos financeiros por categoria

		Ativos mensurados pelo valor justo por meio de resultado			
		Controlada		Consolidado	
Nota		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Ativos, conforme o balanço patrimonial					
	Instrumentos financeiros derivativos	832	21	832	21
	Aplicações financeiras	6.000	2.000	6.000	2.000
		6.832	2.021	6.832	2.021
		Ativos mensurados ao custo amortizado			
		Controlada		Consolidado	
Nota		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Ativos, conforme o balanço patrimonial					
	Caixa e equivalentes de caixa	144.795	64.040	144.843	64.187
	Contas a receber de clientes	124.458	85.499	123.811	85.073
	Outros créditos (i) (ii)	3.310	3.622	3.310	3.622
	Empréstimos a receber de partes relacionadas	-	1.534	-	1.534
		272.563	154.695	271.964	154.416
		279.395	156.716	278.796	156.437

- (i) Do montante total em 2020 de R\$ 12.050 (R\$ 6.422 em 2019) de outros créditos na controladora, consideramos como ativos financeiros apenas o montante de R\$ 3.310 (R\$ 3.622 em 2019), classificados como custo amortizado.
- (ii) Do montante total em 2020 de R\$ 12.053 (R\$ 6.423 em 2019) de outros créditos no consolidado, consideramos como ativos financeiros apenas o montante de R\$ 3.310 (R\$ 3.622 em 2019), classificados como custo amortizado.

		Passivos mensurados pelo valor justo por meio de resultado			
		Controlada		Consolidado	
Nota		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Passivos, conforme o balanço patrimonial					
	Instrumentos financeiros derivativos	-	19	-	19
		Passivos mensurados ao custo amortizado			
		Controlada		Consolidado	
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Passivos, conforme o balanço patrimonial					
	Empréstimos, financiamentos e debêntures	345.130	174.913	345.130	174.913
	Passivo de arrendamento	297.993	234.476	297.993	234.476
	Fornecedores	131.031	97.575	131.103	97.589
	Contas a pagar	13.415	12.219	13.423	12.236
	Outros passivos	728	698	728	698
		788.297	519.881	788.377	519.912
		788.297	519.900	788.377	519.931

Encontra-se a seguir uma comparação por classe do valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia apresentados nas demonstrações financeiras:

Controladora	31/12/2020	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2019
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiros				
	832	832	21	21
	6.000	6.000	2.000	2.000
	144.795	144.795	64.040	64.040
	124.458	124.458	85.499	85.499
	3.310	3.310	3.622	3.622
	-	-	1.534	1.534
Passivos financeiros				
	-	-	19	19
	345.130	345.130	174.913	174.913
	297.993	297.993	234.476	234.476
	131.031	131.031	97.575	97.575
	13.415	13.415	12.219	12.219
	728	728	698	698

Consolidado	31/12/2020	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2019
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiros				
Instrumentos financeiros derivativos	832	832	21	21
Aplicações financeiras	6.000	6.000	2.000	2.000
Caixa e equivalentes de caixa	144.843	144.843	64.187	64.187
Contas a receber de clientes	123.811	123.811	85.073	85.073
Outros créditos	3.310	3.310	3.622	3.622
Empréstimos a receber de partes relacionadas	-	-	1.534	1.534
Passivos financeiros				
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	19	19
Empréstimos, financiamentos e debêntures	345.130	345.130	174.913	174.913
Passivo de arrendamento	297.993	297.993	234.476	234.476
Fornecedores	131.103	131.103	97.589	97.589
Contas a pagar	13.423	13.423	12.236	12.236
Outros passivos	728	728	698	698

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Os seguintes métodos e premissas foram utilizados para estimar o valor justo:

- Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e fornecedores se aproximam de seu respectivo valor contábil em grande parte devido ao vencimento no curto prazo desses instrumentos.
- O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é obtido utilizando técnicas de avaliação com dados observáveis no mercado. Vide nota 29.c para mais detalhes.
- Os contratos de empréstimos e financiamentos e debêntures são instrumentos considerados pelo valor nominal atualizado até a data de vencimento, que possuem características a indexação pela DI + taxas pré fixadas.

A Administração entende que todos os instrumentos financeiros estão classificados no nível 2, exceto caixa e equivalentes de caixa que não possuem classificação, onde considera que os valores justos estão bem próximos aos seus valores contábeis. Não foram identificados mudanças significativas nas premissas, que possa impactar na alteração de valores.

b. Qualidade do crédito dos ativos financeiros

O Grupo mantém seus ativos financeiros em instituições financeiras com instituições que apresentam ratings AAA em sua maioria, baseado nas avaliações das principais agências de rating. A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou *impaired* pode ser avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Contas a receber				
Duplicatas e cheques a receber	2.266	2.751	2.364	2.752
Duplicatas a receber com partes relacionadas	261	1.057	261	1.057
Outras contas a receber	2.067	2.214	2.067	2.219
Administradoras de cartão	120.616	80.174	119.871	79.742
Total de contas a receber de clientes	125.210	86.196	124.563	85.770
Caixa e equivalente de caixa				
Caixa	2.371	1.341	2.376	1.344
Bancos conta movimento	4.981	20.151	5.007	20.154
Numerários em trânsito	11	1.131	13	1.130
Aplicações financeiras de liquidez imediata	137.432	41.417	137.447	41.559
Total de caixa e equivalentes de caixa	144.795	64.040	144.843	64.187

As operações que sujeitam o Grupo à concentração de risco de crédito residem nas contas correntes bancárias e aplicações financeiras, onde o Grupo fica exposto ao risco da instituição financeira envolvida, visando gerenciar este risco, o Grupo mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições que apresentam ratings AAA em sua maioria, baseado nas avaliações das principais agências de rating.

c. Instrumentos financeiros derivativos

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o Grupo possuía os instrumentos financeiros derivativos conforme segue:

Instituição	Tipo de contrato	Valor de referência		Valor justo		Ganho/ Perda	
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Ganho							
Banco do Itaú	Swap	50.000	6.000	49.168	5.979	832	21
						832	21
Perda							
Banco do Brasil	Swap	-	19.921	-	19.940	-	(19)
						-	(19)
						832	2

A mensuração da marcação a mercado do Swap foi realizada considerando o efeito das variações dos indexadores das pontas passivas e ativas, com base em informação de mercado disponível a época.

d. Gestão de capital

O Grupo monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos, financiamentos e debêntures (incluindo empréstimos, financiamentos e debêntures de curto e longo prazos e passivos de arrendamento), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

Os índices de endividamento em 31 de dezembro de 2020 e 2019 podem ser assim sumarizados:

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Total dos empréstimos, financiamentos e debêntures	19	345.130	174.913	345.130	174.913
Total do passivo de arrendamento	17.b	297.993	234.476	297.993	234.476
Caixa e equivalentes de caixa	9	(144.795)	(64.040)	(144.843)	(64.187)
Aplicações financeira	10	(6.000)	(2.000)	(6.000)	(2.000)
Dívida líquida		492.328	343.349	492.280	343.202
Total do patrimônio líquido		215.635	148.596	215.635	148.596
Total do capital próprio e de terceiros		707.963	491.945	707.915	491.798
Índice de alavancagem financeira - %		70%	70%	70%	70%

e. Gestão de risco financeiro

(i) Considerações gerais

O Grupo participa em operações envolvendo instrumentos financeiros, incluindo caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes, contas a pagar aos fornecedores e empréstimos, financiamentos e debêntures, com o objetivo de administrar a disponibilidade financeira de suas operações.

(ii) Gerenciamentos de riscos

O Grupo está exposto aos riscos de liquidez, em virtude da possibilidade de não ter caixa suficiente para atender suas necessidades operacionais, aos riscos de mercado, decorrentes de variações de taxas de juros e ao risco de crédito, decorrente da possibilidade de inadimplemento de sua contraparte em aplicações financeiras e contas a receber.

O Grupo adota procedimentos de gestão de riscos de liquidez, de mercado e de crédito, através de mecanismos do mercado financeiro que buscam minimizar a exposição dos ativos e passivos do Grupo, protegendo a rentabilidade dos contratos e o patrimônio.

Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pelo Grupo, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de garantir e assegurar as exigências de liquidez, os limites ou cláusulas dos contratos de empréstimo e caixa suficiente para atendimento às necessidades operacionais do negócio.

O excesso de caixa gerado pelo Grupo é investido em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem, conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros não derivativos do Grupo, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa contratados:

Controladora	Nota	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre três e cinco anos	Entre seis a oito anos
Em 31 de dezembro de 2020					
Empréstimos e financiamentos	-	55.540	202.364	109.224	-
Fornecedores	18	131.031	-	-	-
Passivo de arrendamento	17.b	71.638	89.079	90.912	46.364
Em 31 de dezembro de 2019					
Empréstimos e financiamentos	19	67.094	83.036	25.462	-
Fornecedores	18	98.138	-	-	-
Passivo de arrendamento	17.b	56.712	76.504	66.970	34.290
Consolidado					
Em 31 de dezembro de 2020					
Empréstimos e financiamentos	-	55.540	202.364	109.224	-
Fornecedores	18	131.103	-	-	-
Passivo de arrendamento	17.b	71.638	89.079	90.912	46.364
Em 31 de dezembro de 2019					
Empréstimos e financiamentos	19	67.094	83.036	24.783	-
Fornecedores	18	92.974	-	-	-
Passivo de arrendamento	17.b	56.712	76.504	66.970	34.290

f. Exposição a riscos de taxas de juros e risco cambial

A Companhia está exposta ao risco de variação de taxas de juros, e ao índice de inflação, o que pode causar um aumento em sua despesa financeira com o provisionamento de juros futuros.

Análise de sensibilidade

Os instrumentos financeiros podem sofrer variações de valor justo em decorrência da flutuação da Taxa de Juros (Depósitos Interfinanceiros (DI)), e variação cambial), principais exposições de risco de mercado da Companhia.

As avaliações de sensibilidade dos instrumentos financeiros à estas variáveis são apresentadas a seguir:

Seleção dos riscos

A Companhia selecionou os riscos de mercado que mais podem afetar os valores dos instrumentos financeiros por ela detidos como sendo a taxa de juros (DI) e variação cambial.

Em atendimento à Instrução CVM nº 475/08, a Companhia apresenta na análise de sensibilidade

três cenários, sendo um provável e dois que possam representar efeitos adversos para a Companhia.

Como cenário provável (cenário I) na taxa de juros, foram consideradas expectativas de taxas vigentes em data próxima a apresentação das demonstrações financeiras, conforme informações extraídas do boletim Focus divulgado pelo Banco Central do Brasil (“BACEN”).

Para a análise dos efeitos da variação cambial, consideramos a média ponderada das taxas de câmbio para o vencimento (obtida por meio da curva futura da moeda analisada) dos instrumentos expostos a risco cambial.

Para os dois cenários adversos na taxa de juros e taxa de câmbio foram consideradas uma alta de 25% sobre as projeções apresentadas acima como cenário adverso possível (cenário II) e de 50% como cenário adverso extremo (cenário III).

As taxas consideradas foram:

Risco	Cenário I	Cenário II	Cenário III
	Provável	Adverso Provável	Adverso Extremo
Juros DI - Aumento	2,00%	2,49%	2,99%
Juros DI - Baixa	1,81%	1,35%	0,90%
Câmbio (Euro)	6,7132	7,9919	9,5903

Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros – DI

A sensibilidade de cada instrumento financeiro, considerando a exposição à variação da taxa de juros DI, é apresentada na tabela a seguir:

Instrumento	Vencimento	Risco	Saldo 31/12/2020	Ganho/(Perda)		
				Cenário I Provável	Cenário II Adverso Provável	Cenário III Adverso Extremo
Aplicações Financeiras	Diversos	Baixa DI	21.722	(6)	(37)	(67)
Cédula de Crédito Bancário (Linha de Giro)	Abr/22 e Dez/23	Aumento DI	125.315	(7)	(33)	(67)
Linha de crédito em moeda estrangeira (4.1.3.1)	Fev/22 e Mai/22	Aumento DI	111.764	(22)	(111)	(223)
Debêntures (1ª e 2ª Emissão)	Set/22 e Dez/23	Aumento DI	109.357	(6)	(29)	(57)
Contrato de câmbio (Derivativos Op 4.1.3.1 Itaú)	mai/22	Aumento DI	50.992	(93)	(80)	(64)

Análise de sensibilidade de variações taxa de câmbio

A sensibilidade de cada instrumento financeiro, considerando a exposição à variação da taxa de câmbio, é apresentada na tabela a seguir:

Instrumento	Vencimento	Risco	Saldo 31/12/2020	Ganho/(Perda)		
				Cenário I Provável	Cenário II Adverso Provável	Cenário III Adverso Extremo
Linha de crédito em moeda estrangeira (4.1.3.1)	mai/22	Aumento EUR	50.992	(3.366)	(13.548)	(26.276)
Contrato de câmbio (Derivativos Op 4.1.3.1 Itaú)	mai/22	Aumento EUR	50.992	2.546	12.728	25.455

A Administração desses instrumentos financeiros é efetuada por meio de estratégia operacional, visando liquidez, rentabilidade e segurança. O procedimento interno consiste em acompanhamento permanente da taxa contratada versus as taxas de mercado vigentes.

As análises de sensibilidade acima têm por objetivo ilustrar a sensibilidade às mudanças em variáveis de mercado nos instrumentos financeiros do Grupo. As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação aos eventos futuros. A Administração do Grupo revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores distintos a aqueles apresentados anteriormente, resultado da subjetividade no processo utilizado na preparação das análises e às mudanças inerentes de mercado.

g. Riscos da taxa de câmbio

O risco da taxa de câmbio resulta das transações de importação de mercadorias e contratação de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira em decorrência de volatilidade da moeda estrangeira, porém, o Grupo mitiga e gerencia este risco por meio da contratação de derivativos financeiros apenas para fins de proteção, buscando neutralizar a volatilidade do câmbio.

h. Empréstimos, financiamentos e debêntures

Os empréstimos e as debêntures, classificados como passivos circulantes e não circulantes, têm seu valor contábil próximo ao valor de mercado.

30 Demonstração do fluxo de caixa

A seguir demonstramos os efeitos de transações que não afetaram o caixa:

a. Controladora

	2020	2019
Investimentos	-	133.894
Ativo de direito de uso	(114.204)	(218.607)
Imobilizado - Adições	(9.157)	(8.877)
Mútuos a receber	1.531	-
Efeito das atividades de investimentos	(121.830)	(93.590)
Passivo de arrendamento	114.204	218.607
Capital social	-	(35.926)
Reserva de capital	-	(96.592)
Reserva de lucros	-	(1.376)
Reserva de benefício fiscal	49.089	-
Dividendos a pagar	(1.531)	-
Efeito das atividades de financiamentos	161.762	84.713

b. Consolidado

	2020	2019
Ativo de direito de uso	(114.204)	(270.849)
Imobilizado - Adições	(9.157)	(8.912)
Mútuos a receber	1.531	-
Efeito das atividades de investimentos	(121.830)	(279.761)
Passivo de arrendamento	114.204	270.849
Capital social	-	97.968
Reserva de capital	-	(96.592)
Reserva de lucros	-	(1.376)
Reserva de benefício fiscal	49.089	-
Dividendos a pagar	(1.531)	-
Efeito das atividades de financiamentos	161.762	270.849

31 Informação por segmento

O principal tomador de decisões considera todo o Grupo como um único segmento operacional e reportável, monitorando as operações, tomando decisões sobre a alocação de recursos e avaliando o desempenho com base em um único segmento operacional. O tomador de decisão analisa os dados financeiros relevantes em uma base consolidada para todas as subsidiárias.

A receita, os resultados e os ativos do Grupo para este segmento reportável podem ser determinados por referência à demonstração consolidada do rendimento e do rendimento integral e balanço consolidado.

O negócio é um único segmento do comércio varejista de hortifrutigranjeiros, carnes, padaria e mercadorias em gerais em predominância em produtos alimentícios, não possuindo outro segmento além do reportado.

32 Seguros

A Companhia mantém contratos de seguros com coberturas consideradas pela Administração suficientes para cobrir os riscos inerentes de suas atividades, considerando a natureza e o grau de risco.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia apresenta as seguintes apólices de seguros contratadas com terceiros:

Modalidade	Cobertura	Vigência
Responsabilidade Civil	331.877	jan/20 a jan/21
D&O	40.000	Abr/20 a Abr/21
Seguro de veículos	100% a 110% tabela FIPE	(*)

(*) Com vigência estabelecida através da contratação realizada pela unidade de negócio.

* * *

Alex Alves dos Santos Brito
Presidente

Alexandre Otomo de Almeida
Diretor Financeiro

Pedro Henrique Barboza
Diretor de Controladoria

Maria Saraiva dos Santos
Contadora
CRC: PB-006592/O-5 T SP